

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO
NÍVEL DE MESTRADO

ARIANA CERICATTO DA SILVA

O PROCESSO DE RUPTURA ESTRUTURAL NA ECONOMIA REGIONAL
PARANAENSE

TOLEDO

2014

**O PROCESSO DE RUPTURA ESTRUTURAL NA ECONOMIA REGIONAL
PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.

TOLEDO

2014

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S586p Silva, Ariana Cericatto da
O processo de ruptura estrutural na economia regional
paranaense / Ariana Cericatto da Silva. – Toledo, PR : [s. n.], 2014.
85 f. : il. (algumas color.), figs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima, PhD.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia regional - Paraná 2 . Desenvolvimento regional -
Paraná 3. Paraná - Condições econômicas 4. Paraná - Indústrias 5.
Divisão do trabalho - Paraná 5. Mercado de trabalho - Paraná I.
Lima, Jandir Ferrera de, orient. II. T

CDD 20. ed. 338.98162

ARIANA CERICATTO DA SILVA

**O PROCESSO DE RUPTURA ESTRUTURAL NA ECONOMIA REGIONAL
PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Universidade de Santa Cruz do Sul

Toledo, 08 de dezembro de 2014

A minha querida mãe!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me proporciona a cada dia.

A minha querida mãe Lucia, a qual amo demais, que me apoiou e incentivou a realizar mais esse sonho. Por estar ao meu lado nesse período me ajudando e estimulando, principalmente nos momentos de maiores dúvidas.

Ao meu pai José Aparecido que mesmo distante sempre me apoiou no processo do aprendizado.

Aos amigos (Renata, Dyego, Andréia, Tamara, Júlio Cesar, Heloisa, Érica Priscilla, Elaine e Henrique) que fazem parte da minha vida e que souberam, com paciência, entender minhas ausências nesse período e que sempre estiveram de braços e ouvidos abertos para me receber.

Aos colegas e amigos do mestrado, desde aqueles do período como aluna especial (Edinéia, Márcia Michelin, Gracieli, Tatiani, Angélica e Geisiane Michelle), que me incentivaram e me ajudaram a fazer parte do PGDRA, os colegas de turma que compartilharam comigo os momentos das disciplinas, provas, trabalhos e demais amigos do PGDRA (Carolina, Daiane, Rui, Francisco, Nilton, Sabrina, Merediana, Jonathan, Helder, Luiz Henrique, Keila, Flávia, Cláudia, Barbara, Camilli, Isabela, Alberto e Paulo), agradeço pelos momentos e experiências compartilhadas.

Agradeço muito aos professores que tive no mestrado (Moacir Piffer, Ricardo Rippel, Pery Francisco Assis Shikida, Carlos Alberto Piacenti, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Carla Maria Schmidt), digo que aprendi não só conteúdos de cada disciplina, mas também valores que levo para a vida.

Em especial ao meu professor e orientador Jandir Ferrera de Lima, que aceitou a “missão” de me orientar. Agradeço pelas orientações, conselhos, pela paciência, respeito e objetividade com que me tratou nesse período. Agradeço o excelente trabalho que desenvolve e por isso tens minha admiração.

Agradeço também os professores e colegas do colegiado de Ciências Econômicas e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da UNIOESTE/Toledo, que me acompanharam nesse período e (Crislaine, Carlos, Rubiane, Eliane, Cristiano, Flávio, Lucinéia e Débora), agradeço também pela amizade e parcerias.

A Cristiane Klein que me auxiliou na coleta dos dados.

Um agradecimento especial à secretaria do PGDRA nas pessoas da Clarice e do João, queridos e sempre prestativos. Gostaria de dizer que fazem a diferença. Obrigada e parabéns pelo trabalho que realizam.

Aos membros das bancas (Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Ronaldo Bulhões e Silvio Cezar Arend) que contribuíram para o enriquecimento desta dissertação.

E a todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada e que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho fosse possível.

Muito Obrigada!

Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis... Ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença constante das estrelas!

Mario Quintana

CERICATTO DA SILVA, A. **O Processo de Ruptura Estrutural na Economia Regional Paranaense**. 85 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

RESUMO

Essa pesquisa analisou o processo de ruptura estrutural da economia regional paranaense, no período de 1985 a 2012. Buscou-se compreender o processo de crescimento, transformação e diversificação da economia regional do Estado do Paraná e analisar as mudanças na estrutura da economia e como as microrregiões e setores econômicos se comportaram e influenciaram no desenvolvimento das microrregiões. Para isso, utilizaram-se as contribuições teóricas que discutem como o desenvolvimento regional acontece e como as economias se desenvolvem e passam por transformações nas suas estruturas setoriais. Completando essa linha de estudo, utilizaram-se como metodologia os métodos de análise regional através das medidas de localização e medidas regionais, a variável-base utilizada foi o emprego formal que conseguiu demonstrar o comportamento da mão de obra ao longo do período de análise e assim foi possível diagnosticar o momento em que o processo de ruptura estrutural ocorreu nas microrregiões paranaenses. Os resultados demonstraram que o Estado do Paraná passou por transformações importantes na sua estrutura setorial. No período analisado, 1985 a 2012, a maioria das microrregiões paranaenses apresentaram forte concentração de emprego formal no setor primário da economia. Com isso, comprova-se que este setor continua sendo representativo para o Estado e que algumas microrregiões ainda não passaram ou concluíram seu processo de ruptura estrutural. No entanto, em relação ao processo de ruptura estrutural constatou-se que algumas microrregiões paranaenses apresentavam forte concentração de emprego formal no setor secundário antes de 1985, demonstrando que seu processo de ruptura estrutural ocorreu em período anterior. Em 1992 ocorreu o espraiamento do setor secundário levando o processo de ruptura estrutural para áreas de ocupações mais recentes. Conclui-se que para o Estado do Paraná o setor terciário contribuiu para que o processo de ruptura acontecesse, pois se entende que muitas atividades terciárias surgem como auxiliares das atividades secundárias e primárias. Em relação à reestruturação produtiva as maiores mudanças ocorreram no primeiro período 1985/1999, depois disso a reestruturação produtiva diminuiu de intensidade no Estado do Paraná. Portanto, entende-se que conhecer as especificidades e a configuração dos setores econômicos nas microrregiões geográficas do Paraná contribui para o poder público na execução de ações que possam melhorar as organizações econômicas do espaço, bem como, para a sociedade na tomada de decisões, contribuindo para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Ruptura Estrutural, Microrregiões Paranaenses.

CERICATTO DA SILVA, A. **The Process of Structural Break in Regional Economy of Paraná State.** 85 f. Dissertation (Master of Regional Development and Agribusiness) Graduate Program in Regional Development and Agribusiness, University of West Paraná, 2014.

ABSTRACT

This research analyzed the structural rupture process of Paraná regional economy, between 1985 to 2012. It searches to understand the process of growth, transformation and diversification of the regional economy of the State of Paraná, and analyze the changes in the structure of the economy and how micro-regions and economic sectors behaved and influenced the development of micro-regions. The theoretical contributions was used to discuss how regional development happens and how economies develop and make changes in their sectoral structures. Completing this line of study, was used as methodology, the methods of regional analysis through tracing vital statistics and regional measures, the variable bas was the formal employment which could show the hand of behavior of the labor over the analysis period and it was possible to diagnose the moment that the process of structure breakdown has occurred in the micro-regions of Paraná. The results demonstrate that the State of Paraná has done important changes in their sectoral structure. In the analyzed period, from 1985 to 2012, most of the state's micro-regions showed hard concentration of formal employment in the primary sector of the economy. Therefore, it proves that this sector continues to be representative to the state and that some of the micro-regions had not passed or completed their structural rupture process. However, in relation to the structural rupture process, it was detect that some micro of Paraná had a strong concentration of formal employment in the secondary sector before 1985, showing that its structural rupture process occurred in the previous period. In 1992, there was the spreading of the secondary sector leading the process of structural break for the latest occupations areas. So, it concludes that, for the State of Paraná, the tertiary sector has contributed with the rupture process, because it understands that many tertiary activities emerge as auxiliary secondary of the primary activities. Regarding the productive restructuring the biggest changes occurred at the first period 1985/1999, after this, the production restructuring decreased intensity in the state of Paraná. Therefore, it understands that the knowledge about the characteristics and configuration of economic sectors in geographic micro-regions of Paraná contributes to the government in carrying out activities that can improve the economic organization of the spaces, as well as for society in decision-making, contributing for the development of the state as a whole.

Key-words: Regional Development, Structural Break, Micro-regions of Paraná State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do Referencial Teórico	20
Figura 2 – Microrregiões Geográficas do Paraná – 2014	37
Figura 3 – Matriz de Informação	40
Figura 4 – Organograma Metodológico da Pesquisa	44
Figura 5 – População residente conforme situação de domicílio no Estado do Paraná, 1940 a 2010	46
Figura 6 – Padrão Locacional da População Urbana nas Microrregiões do Estado do Paraná, 1940 e 2010	47
Figura 7 – Padrão de Localização do emprego formal no setor primário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	48
Figura 8 – Padrão de Localização do emprego formal no setor secundário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	52
Figura 9 – Padrão de Localização do emprego formal na indústria dinâmica das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	55
Figura 10 – Padrão de Localização do emprego formal na indústria tradicional das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	57
Figura 11 – Padrão de Localização do emprego formal na indústria não tradicional das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	58
Figura 12 – Padrão de Localização do emprego formal no setor terciário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012	61
Figura 13 – Coeficiente de Reestruturação por microrregião do Estado do Paraná, 1985/1999 – 1999/2012	63
Figura 14 – Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB*) paranaense nos anos de 1980 a 2010	68
Figura 15 – Produto Interno Bruto (PIB*) por microrregiões do Paraná - 1985 e 2010	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos ramos de atividade produtiva do setor secundário	39
Quadro 2 – Principais Especializações (QLs) das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram de 1985/1999	64
Quadro 3 – Principais Especializações (QLs) das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram de 1999/2012	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BADEP	Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
CR	Coeficiente de Reestruturação
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
QL	Quociente Locacional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
TGC	Taxa Geométrica de Crescimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA DO TEMA	15
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 O CONCEITO DE RUPTURA ESTRUTURAL	20
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21
2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL	24
2.3.1 Causação Circular Cumulativa	25
2.3.2 Encadeamentos Produtivos	27
2.3.3 Teoria da Base Econômica	29
2.3.4 O Processo Endógeno do Desenvolvimento Econômico Regional.....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 ÁREA DE ESTUDO E COLETA DE DADOS.....	36
3.2 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL	39
3.2.1 A matriz de Informações Espaciais	40
3.3 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO	41
3.3.1 Quociente Locacional	41
3.4 MEDIDAS REGIONAIS	42
3.4.1 Coeficiente de Reestruturação	42
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ	45
5 RUPTURA ESTRUTURAL NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ	51
5.1 AS ESPECIALIZAÇÕES REGIONAIS NO SETOR SECUNDÁRIO	54
5.2 O SETOR TERCIÁRIO E A RUPTURA ESTRUTURAL PARANAENSE	60
6 A REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES PARANAENSES	63
6.1 A REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO FORMAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL PARANAENSE	67
7 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Os fatores espaciais na origem das aglomerações são a “centralidade inicial”, ou seja, a posição central na conquista dos territórios, que em geral surgem no processo de colonização; a “conquista dos recursos naturais”, entendida como a posição das aglomerações ao longo da bacia de recursos naturais e suas zonas de extração; e, a “ruptura estrutural”, ou seja, processos de desenvolvimento econômico que surgem mesmo com uma forte polarização no espaço econômico. A ideia de ruptura estrutural pressupõe que é possível fortalecer as aglomerações e avançar no processo de desenvolvimento econômico mesmo que o lugar não seja local de extração significativa de recursos naturais ou que tenha uma localização privilegiada. Para isso, devem ocorrer mudanças significativas na divisão social do trabalho, demonstrando que a economia regional está sendo capaz de migrar de uma estrutura exclusivamente primária exportadora para uma estrutura mais urbana, seja ela urbana-industrial ou urbana-rural.

A transformação estrutural ou ruptura estrutural de uma economia é a essência do processo de desenvolvimento econômico regional. Não é somente a mudança do tamanho relativo do produto de cada setor na economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho (SINGER, 1970).

Nas regiões desenvolvidas, a ruptura estrutural resulta em aumento do poder aquisitivo, seja em virtude da criação de postos de trabalho, seja em virtude do aumento da acumulação de capital. Já nas regiões menos desenvolvidas, a ruptura estrutural não é o resultado, mas a condição para o crescimento. Nessas regiões, a mudança estrutural reflete a transferência de atividades primárias e de serviços do campo para a cidade, ou seja, é o fortalecimento das aglomerações e das atividades produtivas ligadas à urbanização (SINGER, 1970).

A ruptura estrutural da economia marca o avanço das atividades urbanas em relação às atividades rurais na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e da ocupação laboral da força de trabalho. Ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais, o setor primário é o mais expressivo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte à atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões, a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais. Nessa evolução, o setor secundário e o terciário tornam-se cada vez mais hegemônicos na composição da riqueza. Dessa forma, a economia regional vislumbra uma mudança estrutural na divisão

social do trabalho e na distribuição do emprego na sua economia. O setor que ganha é o terciário, que se aproxima em importância econômica do setor secundário e, em alguns casos, consegue superá-lo (FERRERA DE LIMA et al., 2011).

A transformação estrutural como essência do desenvolvimento não é apenas a mudança de tamanho relativo do produto de cada setor da economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais estão relacionadas com a divisão social do trabalho. O processo de mudança estrutural pode ser considerado como sendo o resultado das estratégias e decisões de investimento das organizações que operam nos mercados e estão integradas a esses condicionadores da dinâmica econômica que são os entornos institucionais e culturais (SINGER, 1970; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Os processos de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural acontecem em consequência da introdução de inovações no sistema produtivo. Tais inovações podem ser radicais como incrementais, isto é, estão também incorporadas as alterações de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações. As novas formas de organizações contribuem para que as empresas desfrutem de economias externas e internas e façam uso das indivisibilidades do sistema produtivo, o que certamente contribui para os processos de crescimento econômico e mudança estrutural (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Frente ao exposto, esta pesquisa fez uma análise do conceito de ruptura estrutural para o Estado do Paraná e a relação desse conceito com o desenvolvimento econômico regional paranaense. Neste trabalho, portanto, entendeu-se por ruptura estrutural as mudanças sofridas pela região que tendem a levar ao desenvolvimento econômico. Mudanças essas referentes à divisão social do trabalho e à configuração setorial das regiões.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA DO TEMA

A ocupação do Estado do Paraná, a partir do século XIX, foi centrada na exploração do setor primário da economia, envolvendo atividades extrativas, agrícolas e pecuárias. A partir de 1960, as atividades agrícolas, como a cafeicultura, se diversificaram cedendo espaços às culturas de soja, milho, algodão, batata e trigo. Além da diversificação da produção agrícola, as mudanças ocorridas no Paraná, principalmente após o lançamento e a implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II (1972 – 1974 e 1975 - 1979, respectivamente), associando capitais privados, estrangeiro e nacional e estatal, abriram um leque de possibilidades de expansão econômica. Como consequência, as economias regionais

passaram a se expandir cada vez mais integradas ao centro da economia nacional, a partir da Região Sudeste do Brasil (MACEDO; VIEIRA; MEINERS, 2002).

O esgotamento da fronteira agrícola, no Estado do Paraná, se deu na década de 1970. Paralelo à ocupação definitiva das terras produtivas, ocorreu também a modernização das atividades agropecuárias, com a adoção de novas técnicas de produção, de equipamentos e insumos modernos. Esses dois processos conduziram a um novo perfil de ocupação da população, que de hegemonicamente rural passou a ficar cada vez mais urbanizada. Assim, os anos 1970 marcaram o início de rupturas no perfil da população e na estrutura da economia regional (FERRERA DE LIMA et al., 2011).

As transformações na base produtiva paranaense implicaram profundas alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo. A concentração fundiária e a proletarianização dos agricultores, resultaram em fluxos migratórios. O Paraná que nas décadas de 1950 a 1970 era a região de destino passou a ser a região de saída nas décadas de 1970 e 1980. Essas mudanças alteraram a economia paranaense, resultando em um perfil mais diversificado das atividades produtivas (ROLIM, 1995).

Com o movimento de desconcentração e integração produtiva nacional, no final dos anos 1970, a indústria paranaense transformou sua base produtiva, concretizando transformações que iam desde a modernização da agroindústria até a implantação da incipiente indústria (SERRA; PAULA, 2006).

A industrialização paranaense caracterizou-se pela etapa de integração produtiva, que ocorreu baseada num padrão desigual de espacialização econômica. Assim, tal instrumento privilegiou os centros que apresentavam: uma localização estratégica próxima aos grandes pólos industriais, poder de articulação dos governos estaduais no tocante às políticas públicas e um conjunto de fatores políticos, financeiros e de infraestrutura (TRINTIN, 1993).

A modernização da agroindústria e implantação da indústria, implicava a utilização de insumos modernos oriundos da atividade industrial, como máquinas, tratores, implementos, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de comercialização e financiamento, que também começavam a mudar qualitativamente o tipo de atividade industrial existente no Paraná. Antes da modernização existia fundamentalmente a produção de alimentos, em fases elementares de manufatura, além de madeiras, que basicamente recebiam o primeiro tratamento (ROLIM, 1995). Grande parte do crescimento da economia agroindustrial do Paraná deu-se focada na demanda de produtos primários transformados, por parte dos grandes mercados consumidores do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Esses

produtos que passaram a ser transformados no Estado impactaram o crescimento do complexo agroindustrial do Paraná (FERRERA DE LIMA et al., 2013).

Essa reestruturação produtiva por qual passou o Paraná culminou com um padrão mais competitivo. Ocorreu a intensificação da modernização da agropecuária, o alargamento do pólo agroindustrial do Estado e a instalação da indústria metal-metalúrgica na mesorregião Metropolitana de Curitiba, a qual congrega as microrregiões de Cerro Azul, Lapa, Curitiba, Paranaguá e Rio Negro.

A indústria paranaense ficou concentrada espacialmente, o que se evidenciou com o avanço da indústria localizada na Região Metropolitana de Curitiba. Os municípios do interior concentravam os gêneros da agroindústria mais dependentes da proximidade das áreas produtivas de matérias-primas, se fixando na mesorregião Metropolitana de Curitiba, e na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), gêneros ligados a transporte, comunicação, eletroeletrônica e outros mais distantes da agropecuária (VASCONCELOS; CASTRO, 1999).

O dinamismo industrial do Paraná não teria sido viável sem considerar a construção quase que simultânea de uma infraestrutura básica, como energia, rodovias, ferrovias, armazenagem e porto marítimo. Outro fator importante foi o sistema de incentivo ao desenvolvimento da indústria no Estado por meio de uma agência institucional de fomento – a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) que se transformaria no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) sob a forma de sociedade mista, com finalidade de administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico e de promover estudos e projetos de investimentos e ainda promover o financiamento daqueles que conveniente - e outras instituições voltadas para a geração e difusão de tecnologia em diferentes segmentos da economia paranaense (VASCONCELOS; CASTRO, 1999; PADIS, 1981).

No entanto, a partir de meados da década de 1980, em decorrência da conjuntura econômica nacional e internacional desfavorável, esgotou-se a capacidade de realização de investimentos produtivos por parte do setor público, momento que se fortalece o processo de privatização, que se acentuou na década de 1990. Em meio a esses acontecimentos, o setor industrial paranaense passou por um importante ajuste estrutural (BULHÕES, 2008).

No início da década de 1990, a economia do Paraná sofreu uma intensa reconfiguração produtiva, tanto pelo surgimento e fortalecimento de novas indústrias, quanto pelo crescimento e modernização das atividades tradicionais, em particular aquelas ligadas ao agronegócio (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

SOCIAL - IPARDES, 2002). Nesse panorama, os investimentos agroindustriais praticamente triplicaram, os quais foram estimulados pela flexibilidade da taxa de câmbio e a abertura de novos mercados internacionais, além disso, instalaram-se inúmeras montadoras de automóveis, estimuladas por uma gama ampla de subsídios fiscais (PIFFER et al., 2002).

O IparDES (2007) afirma que o Paraná, a partir de 1990 conseguiu densificar algumas cadeias produtivas, como a de veículos automotores, bem como consolidar e expandir alguns segmentos tradicionais, como o de madeira, papel e celulose, o de confecções e o de alimentos.

Em síntese, ao final do século XX e início do século XXI, a economia paranaense passou por fortes transformações na sua base produtiva, que foi alcançada mediante uma série de políticas de desenvolvimento para a modernização e dinamização do Estado.

Diante do exposto, este estudo se propôs a responder as seguintes questões: Qual o perfil do processo de ruptura estrutural em cada microrregião paranaense? Como a ruptura estrutural colaborou na localização das atividades produtivas nas microrregiões? A ruptura estrutural influenciou o nível de crescimento econômico regional?

A presente pesquisa preocupou-se em compreender as transformações na estrutura setorial econômica regional do Estado do Paraná, o perfil da concentração do emprego formal e a especialização das atividades econômicas das microrregiões do Estado do Paraná. Ou seja, esta pesquisa se justificou pela importância de se compreender o processo de crescimento, transformação e diversificação da economia regional do Estado do Paraná.

Dessa forma, conhecer as especificidades e a configuração dos setores econômicos nas microrregiões geográficas do Paraná contribuirá para o poder público na implementação de ações que possam melhorar as organizações econômicas do espaço, bem como, para a sociedade na tomada de decisões, contribuindo para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Para tanto, esta pesquisa foi dividida em sete capítulos, sendo o primeiro capítulo esta introdução, que traz também elementos como o problema de pesquisa e a justificativa do tema com uma análise histórica das mudanças estruturais ocorridas no Estado do Paraná, além da apresentação dos objetivos.

No segundo capítulo expôs-se o referencial teórico que tratou das Teorias de Desenvolvimento Regional, ressaltando algumas medidas que promovem o desenvolvimento econômico regional, além do conceito de Ruptura Estrutural.

No terceiro capítulo apresentaram-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, no qual foi esboçada a escolha da variável, das bases de dados, os períodos analisados, bem como o modelo de análise regional que foi utilizado como ferramental quantitativo.

No quarto, quinto e sexto capítulos apresentaram-se os resultados da pesquisa. Fizeram-se comparativos entre as microrregiões, além de se detectar as mudanças estruturais sofridas pelas microrregiões e conseqüentemente pelo estado como um todo. Por fim foi apresentada a sessão dedicada à conclusão do trabalho.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Este estudo teve como principal objetivo analisar o processo de ruptura estrutural da economia regional paranaense, no período de 1985 a 2012.

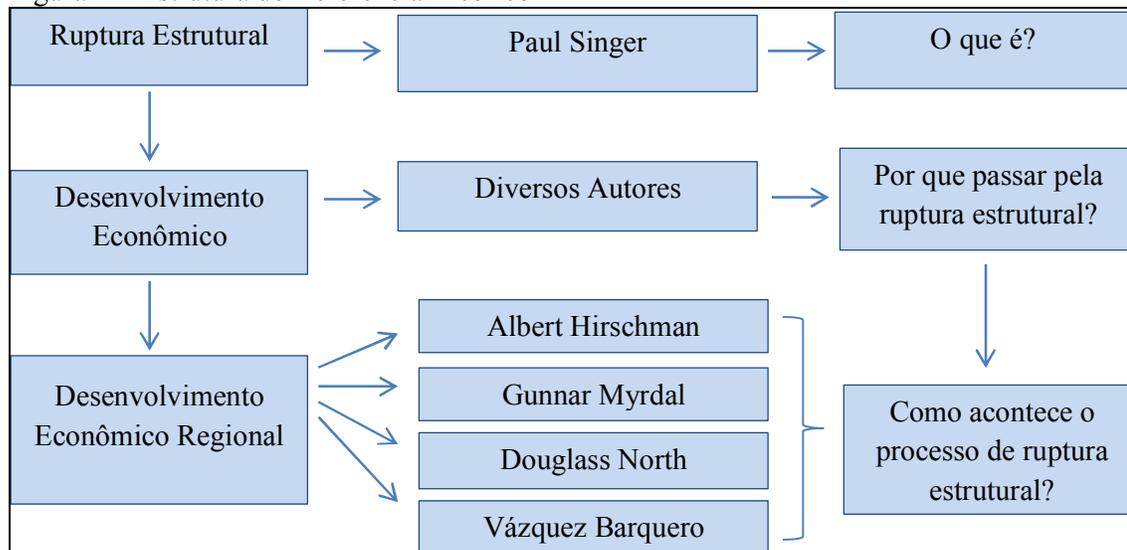
Mais especificamente, este estudo pretendeu atingir os seguintes objetivos:

- a) Analisar o comportamento da divisão social do trabalho na distribuição setorial dos ramos econômicos nas microrregiões geográficas paranaenses.
- b) Descrever as alterações locacionais na especialização do emprego das atividades produtivas nas microrregiões geográficas paranaenses.
- c) Verificar o processo de crescimento econômico das microrregiões paranaenses e do Estado como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta deste capítulo foi trazer o conceito de ruptura estrutural e, atrelado a esse tema o conceito de desenvolvimento econômico como consequência do processo de mudança estrutural, conforme esboçado na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura do Referencial Teórico



Fonte: Elaboração Própria.

Além disso, buscou-se nas teorias de desenvolvimento regional um arcabouço conceitual que permitisse entender como as economias se desenvolvem e passam por transformações nas suas estruturas setoriais.

2.1 O CONCEITO DE RUPTURA ESTRUTURAL

A ruptura estrutural de uma economia marca o avanço das atividades urbanas em relação às atividades rurais na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e/ou da ocupação laboral da força de trabalho. Ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais, o setor primário é o mais significativo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte à atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões, a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais. Nessa evolução, os setores secundário e o terciário tornam-se cada vez mais hegemônicos na composição da riqueza. Dessa forma, a economia regional vislumbra uma mudança estrutural

na divisão social do trabalho e na distribuição do emprego na sua economia. O setor que ganha é o terciário, que se aproxima em importância econômica do setor secundário e, em alguns casos, consegue superá-lo (SINGER, 1970; FERRERA DE LIMA et al., 2011).

A transformação estrutural como essência do desenvolvimento não é apenas a mudança de tamanho relativo do produto de cada setor da economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais estão relacionadas com a divisão social do trabalho. O processo de mudança estrutural pode ser considerado como sendo o resultado das estratégias e decisões de investimento das organizações que operam nos mercados e estão integradas a esses condicionadores da dinâmica econômica que são os entornos institucionais e culturais (SINGER, 1970; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Os processos de crescimento econômico e de mudança estrutural acontecem em consequência da introdução de inovações no sistema produtivo. Tais inovações podem ser radicais como incrementais, isto é, estão também incorporadas as alterações de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações. As novas formas de organizações contribuem para que as empresas desfrutem de economias externas e internas e façam uso das indivisibilidades do sistema produtivo, o que certamente contribui para os processos de crescimento econômico e mudança estrutural (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Nesta pesquisa, portanto, entendeu-se por ruptura estrutural as mudanças sofridas pela região que tendem a levar ao desenvolvimento econômico. Mudanças essas referentes à divisão social do trabalho e à configuração setorial das regiões. Dessa forma, apresentou-se, na sessão seguinte, o conceito de desenvolvimento econômico pela visão de diferentes pensadores.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é considerado como uma esfera específica do crescimento econômico (crescimento econômico pode ser encarado como a variação do volume total de produção no tempo), porém o crescimento do produto deve expandir à uma taxa maior que a do aumento da população. No entanto, o “desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação, de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso às formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.” (FURTADO, 2004, p. 3).

Existe uma recorrente discussão em relação à diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, assim, faz-se necessário esse esclarecimento. Entende-se por crescimento econômico, o aumento da capacidade produtiva da economia (produção de bens e serviços). O crescimento de uma economia é indicado também pelo crescimento da força de trabalho e pelo aumento do produto nominal. O crescimento econômico mesmo sendo necessário, não é suficiente para gerar o desenvolvimento. Não basta crescer economicamente, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita* da população, mas criar condições socioeconômicas melhores para a população como um todo (FRANCO, 2000).

Com frequência o crescimento econômico aumenta o número de ricos e de pobres também, mantendo e até alargando as desigualdades, não produzindo desenvolvimento humano e social. Ou seja, o desenvolvimento deve ser pensado além da acumulação de riqueza e aumento do PIB e estar relacionado com melhoria da vida e liberdade individual (SEN, 2010). Assim, nesta pesquisa entende-se que o crescimento econômico é importante para a promoção do desenvolvimento, mas que não é obrigatório.

Singer (1970) considera que o conceito de desenvolvimento econômico designa as transformações estruturais de uma economia, em contraposição aos casos em que o crescimento se dá dentro de um mesmo formato estrutural. Dificilmente o crescimento deixa de ser acompanhado por alguma mudança na estrutura econômica. Considerando-se uma economia nacional, é difícil imaginar um período em que o crescimento não tenha afetado a sua estrutura, pois teria sido necessário que todos os setores se expandissem exatamente à mesma taxa. Mesmo nos países desenvolvidos, o setor de serviços se expande mais depressa que a indústria e esta cresce mais aceleradamente que a agricultura. Por isso, o desenvolvimento econômico se dá pela ruptura estrutural. Em si essa ruptura é um processo que gera perturbação e desequilíbrios.

Para Schumpeter (1982, p. 47) o desenvolvimento econômico é “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Assim, o desenvolvimento Schumpeteriano traduz-se por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas, que alteram a estrutura econômica e as condições de equilíbrio. As ações do Estado influenciam as transformações das estruturas econômicas. Sua ação é fundamental para influenciar nas decisões dos empresários.

O Estado tem um papel importante no desenvolvimento econômico, pois é capaz de intervir com políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico, através do melhoramento da infraestrutura, fomento das atividades produtivas e em investimentos sociais (MYRDAL, 1965; FERRERA DE LIMA, 2011).

O processo de desenvolvimento econômico se caracteriza ao transformar economias subdesenvolvidas em economias desenvolvidas. Nesse processo, as regiões saem de atividades consideradas atrasadas para atividades mais modernas ou avançadas. Ao ser desencadeado o processo de desenvolvimento numa dada região, economias internas e externas crescentes garantem a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, em detrimento de outras regiões e atividades produtivas. O problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e canalizar energias na direção de atividades mais modernas. Assim, para alcançar o desenvolvimento é essencial comprometer-se com uma série de ações que produzam efeitos favoráveis sobre o fluxo de renda e em várias áreas econômicas e sociais, tais como: atividades urbanas, a indústria, infraestrutura logística, etc., cuja realização é limitada pela capacidade de investimento regional (HIRSCHMAN, 1961).

O desenvolvimento econômico, para Vázquez Barquero (2001), ocorre naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo. Por isso, quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por densas redes de relações envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar a competitividade. As barreiras ao desenvolvimento aparecem em razão das carências e do mau funcionamento da rede institucional, que colocam obstáculos aos processos de desenvolvimento autossustentado.

Para a teoria da base econômica de North (1977), o desenvolvimento econômico de uma região está intimamente vinculado ao sucesso de suas atividades de base, o qual ocorre como resultado da melhoria da posição das exportações existentes, ou como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação. Para North (1977), a especialização e a divisão do trabalho são os fatores principais para a expansão da economia, pois estimulam a inserção da região no mercado inter-regional.

Para Singer (1970), quando uma região se desenvolve, ela pode romper as amarras que a prendem à divisão social do trabalho e que estabelecem que economias menos desenvolvidas estejam fadadas a se tornarem produtoras especializadas em alimentos e matérias-primas. Como as regiões que desenvolvem suas economias não deixam

completamente o cenário do comércio exterior, seu rompimento com a divisão social do trabalho existente exige que uma nova divisão substitua a velha divisão do trabalho.

À medida que as regiões se desenvolvem espera-se que as diferenças entre as regiões sejam menos expressivas, que a participação dos diferentes setores econômicos se torne mais homogênea e, em termos econômicos, que o regionalismo venha a desaparecer.

O propósito deste tópico foi apresentar o conceito do desenvolvimento econômico (o que é) sob o olhar de diferentes teóricos que desenvolveram trabalhos e teorias sobre essa temática. No próximo tópico foram apresentadas algumas teorias de desenvolvimento econômico regional no sentido de buscar estratégias de desenvolvimento econômico regional e com isso compreender como o processo de ruptura estrutural ocorre.

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

As teorias de desenvolvimento econômico regional surgiram e passaram a ser reconhecidas como possibilidades reais para o desenvolvimento econômico, tanto de países já desenvolvidos quanto dos países subdesenvolvidos (AMARAL FILHO, 2001).

Cavalcante (2007) entende que até a incorporação dos impactos da terceira revolução industrial - na produção teórica da economia regional, podiam ser identificadas pelo menos duas correntes de pensamento sobre o tema. A primeira trata do conjunto de teorias clássicas da localização que evoluíram da contribuição de Johann Heinrich Von Thünen (1826) e à de Walter Isard (1956). A segunda corrente de pensamento trata do conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950. Essa segunda corrente de pensamento serviu de referência para outras teorias que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços subnacionais, como são os trabalhos de François Perroux (1955), Albert Hirschman (1961) e Gunnar Myrdal (1965).

A partir da década de 1950, essas teorias passaram a inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional e estudos analíticos objetivando aferir os seus graus de adequação à realidade. Na década de 1970 começaram a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos padrões de acumulação e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica (CAVALCANTE, 2007). Nessa fase surge a contribuição de Douglass North (1977), que atribui a produção de produtos

para exportação como o meio para se atingir o desenvolvimento regional, e ainda apresenta as instituições como fortalecedores para subsidiar esse processo.

2.3.1 Causação Circular Cumulativa

Myrdal (1965) adota o conceito de causação circular em um processo acumulativo como metodologia para entender a condição de subdesenvolvimento dos países subdesenvolvidos. O autor recorre à noção de círculo vicioso para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos.

Para demonstrar a dinâmica do processo de causação circular cumulativa, Myrdal (1965) analisou a questão dos negros nos Estados Unidos da América. A essência deste problema social, concentração da população negra nas camadas mais baixas da sociedade e baixos indicadores econômicos, pode ser explicada pelo preconceito dos brancos e pelo baixo padrão de vida dos negros, fatores mutuamente inter-relacionados. Estes fatores são entidades compostos por vários elementos (atitudes dos brancos, emprego, saúde, educação dos negros), todos relacionados em um sistema de causação circular.

O objetivo da teoria da causação circular cumulativa seria então analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sob a influência de questões exógenas. No caso dos negros nos EUA, os principais fatores da situação do preconceito dos brancos e do baixo padrão de vida dos negros devem ser analisados em conjunto com outras variáveis, como, por exemplo, classe social, sexo, idade e região. Deve-se identificar os fatores que influenciam o processo, quantificar como os mesmos interagem e influenciam uns aos outros e como são influenciados por fatores exógenos, pois são justamente estes últimos que movem o sistema continuamente, ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema, o que justifica a intervenção pública (LIMA; SIMÕES, 2010).

O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, negativa e positiva e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões. Os efeitos regressivos (negativos) derivam da troca desigual entre as regiões desenvolvidas, produtoras de bens manufaturados e as regiões subdesenvolvidas, especializadas na produção de matérias-primas. Esses efeitos geram um processo migratório seletivo em detrimento das regiões subdesenvolvidas. A população mais jovem e mais qualificada se transfere para as regiões desenvolvidas, permanecendo as pessoas mais velhas, inativas e crianças, bem como a

população menos qualificada e que mais demanda gastos públicos com assistência social, nas regiões subdesenvolvidas.

Os efeitos regressivos são provocados, também, pela emigração do capital, que procura taxas de retorno mais elevadas. Geralmente, as regiões desenvolvidas oferecem maiores oportunidades para os investimentos, porque os negócios são mais variados e importantes, conseqüentemente, as possibilidades de ganhos são maiores. O sistema bancário drena a poupança das regiões subdesenvolvidas deslocando-as para áreas mais desenvolvidas, onde são transformadas em empréstimos para os empresários (MYRDAL, 1965).

Em contrapartida, os efeitos propulsores (positivos) são originados por um impulso vindo de um centro dinâmico em expansão e propagados a outras localidades, que operam por intermédio de demandas ampliadas para seus produtos e vinculam-se ao processo social acumulativo pela causação circular. Myrdal (1965) refere-se a uma linha de efeitos propulsores que produzem aspectos positivos ao desenvolvimento das regiões mais distantes. Entre os aspectos, salienta-se a redução do desemprego, a transferência do progresso tecnológico e o aumento das transações comerciais nessas regiões. Nas localidades, onde novos impulsos surgem e dão bons resultados, tornam-se novos centros de expansão econômica, se o movimento expansionista for forte o suficiente para superar os efeitos regressivos vindos dos centros antigos.

O processo de causação circular cumulativa reflete de maneira mais realista as mudanças ocorridas na sociedade quando comparado à hipótese clássica do equilíbrio estável, pois não há uma tendência automática das forças econômicas em direção a um ponto de equilíbrio no sistema social. A noção de equilíbrio estável (*laissez-faire*) não é adequada para explicar a mudança no sistema social dos países subdesenvolvidos. A falha em utilizar o pressuposto de equilíbrio estável à realidade social está na ideia de que o processo social se movimenta no sentido de se atingir uma posição de equilíbrio entre as forças de mercado. Em economias subdesenvolvidas regidas pelas forças do mercado há uma tendência para aumentar as desigualdades regionais, onde se beneficiam as regiões que possuem melhor infraestrutura, indústrias, ao passo que existem regiões que estão restritas à economia de subsistência (MYRDAL, 1965).

O Estado tem papel de destaque em países subdesenvolvidos ao atuar como agente capaz de proporcionar efeitos propulsores através de sua capacidade de promover políticas econômicas para conciliar o desenvolvimento com a democracia (MYRDAL, 1965).

Nos países subdesenvolvidos os efeitos propulsores são fracos. As vantagens comparativas determinam que o livre comércio seja benéfico apenas para os países ricos, enquanto que reforça a posição de submissão dos países pobres no comércio internacional. No jogo do livre mercado os efeitos propulsores são maiores para os países desenvolvidos, do que em países subdesenvolvidos. Assim o impacto dos efeitos regressivos nos países desenvolvidos é menor do que nos países subdesenvolvidos (MYRDAL, 1965).

A intensificação do desenvolvimento desequilibrado é consequência de um volume maior de investimentos em uma região (o que propicia dinamismo da atividade econômica), em relação à outra região dentro de um mesmo país. O resultado é o crescimento econômico da região mais dinâmica à custa de outras regiões com economia estagnada (MYRDAL, 1965).

É possível quebrar o círculo vicioso da pobreza através dos efeitos propulsores, capazes de fornecer para os países subdesenvolvidos maior dinamismo. Conforme o desenvolvimento econômico se processa em uma região, é possível capacitar todas as regiões vizinhas graças à expansão econômica beneficiada pelo efeito propulsor. Nesse sentido, quando os efeitos propulsores são intensificados, o desenvolvimento econômico se torna um processo acumulativo, ou seja, ele é transmitido da região mais dinâmica para outras regiões vizinhas (MYRDAL, 1965).

Portanto, a ruptura estrutural, conforme Myrdal (1965) ocorre pelo rompimento do círculo vicioso da pobreza e pela eliminação dos desníveis regionais por intermédio do desenvolvimento de atividades interdependentes entre as regiões atrasadas e desenvolvidas com a colaboração do Estado e sociedade organizada.

2.3.2 Encadeamentos Produtivos

A teoria do crescimento desequilibrado, defendida por Hirschman (1961; 1985), demonstra que o processo de crescimento ao invés de ocorrer de forma conjunta e equilibrada, através de um grande bloco de investimentos, pode ocorrer de forma concentrada e, em seguida, difundir seus resultados em termos de aumento de produção e de melhoramentos tecnológicos. A ideia de que o crescimento ocorre de forma desequilibrada sustenta-se na suposição de que a realização de um investimento em um setor chave terá um forte efeito de indução na realização de outros investimentos.

No processo de crescimento, há uma interação entre as regiões. Pode haver uma tendência à equalização das diferenças, se o progresso em uma região contribuir para o

progresso de outras. Ou pode persistir a tendência ao agravamento das disparidades, se em uma região houver tendência ao progresso e em outra permanecer o atraso.

Essa interação entre as regiões ocorre através de dois efeitos, os efeitos fluentes e os efeitos polarizadores. Os efeitos fluentes são aqueles favoráveis à equalização das diferenças. Eles ocorrem quando o progresso das regiões mais desenvolvidas produz uma intensificação de investimentos nas áreas deprimidas, ou quando aquelas absorvem mão de obra desempregada destas. Já os efeitos de polarização tendem a agravar as disparidades e ocorrem quando, com o progresso da região desenvolvida, há uma depreciação do parque industrial das áreas deprimidas e uma migração dos seus técnicos mais capacitados (HIRSCHMAN, 1961; 1985).

É através dos encadeamentos produtivos que se produz a sequência de eventos necessários à sustentação e ao complemento do crescimento econômico regional. Assim, o autor direcionou seus estudos de forma que pudesse explicar o desenvolvimento econômico regional de países ou regiões subdesenvolvidas ou atrasadas (HIRSCHMAN, 1961).

Hirschman (1961) define economias atrasadas como regiões que não participaram da Revolução Industrial no final do século XVIII e que tem nos países que participaram exemplos de como proceder para atingir os mesmos resultados alcançados na estrutura produtiva daqueles países. Já as economias avançadas seriam as que viveram a Revolução Industrial. As mudanças inseridas pela Revolução Industrial causaram alterações tão significantes no modo de produção que deram início a uma série de processos de transformações, desencadeando um expressivo crescimento econômico. Este crescimento permitiu uma significativa vantagem produtiva que, após suprir a demanda interna de seu país de origem, possibilitou a exportação de seus excedentes para outras regiões. Foi a partir da comercialização dos excedentes da produção, gerada na Revolução Industrial, que o comércio internacional ganhou ímpeto e uma nova formatação.

Para Hirschman (1961) as regiões atrasadas não aproveitam suas potencialidades com receio das consequências. Parte desta passividade é resultado da lentidão e do número insuficiente de decisões de desenvolvimento advindas da utilização inadequada de estratégias ao processo. Por isso, as mudanças embutidas nas decisões de desenvolvimento não são afetadas por obstáculos e por escassez de recursos físicos, mas sim pelas imperfeições inerentes ao próprio processo de tomada de decisão.

Supõe-se que as regiões atrasadas serão beneficiadas com o progresso das regiões avançadas se os efeitos fluentes superarem os efeitos de polarização. Os efeitos fluentes

superam tanto mais os efeitos de polarização quanto maior for a escala de dependência das regiões avançadas, em relação às regiões atrasadas. Ou, em outras palavras, quanto mais complementar for a produção das regiões atrasadas em relação ao que se produz nas regiões avançadas (HIRSCHMAN, 1961; 1985).

Diante disso, Hirschman (1961), aponta os mecanismos de indução, propiciados pelo Estado, como a forma mais adequada de se iniciar o processo de desenvolvimento econômico em regiões atrasadas. Como o desenvolvimento econômico regional é obtido através de uma sequência de eventos, resultado de encadeamentos produtivos que alteram a estrutura física e social de uma região, Hirschman (1961) alerta que o êxito deste procedimento somente será alcançado quando ocorrerem os encadeamentos produtivos antes e após os processos produtivos. Para o autor, estes encadeamentos promovem a ruptura estrutural das regiões e se constituem em movimentos que efetivamente desencadeiam a expansão econômica regional, fazendo com que uma região subdesenvolvida passe a ser desenvolvida.

2.3.3 Teoria da Base Econômica

Quando se estuda uma região, deve-se entender as suas relações com as demais regiões que compõem o sistema nacional e com outros países. Nesse sentido, o foco de interesse volta-se para os fluxos inter-regionais de produtos e serviços, capital, mão de obra, e população. No entanto, a existência de fluxos comerciais está relacionada com a especialização regional (PIFFER, 1997).

A Teoria da Base Econômica é um dos elementos fundamentais para explicar o desenvolvimento de uma região. O ponto central desta teoria é a distinção entre atividades básicas que produzem bens e serviços vendidos fora da região, ou seja, setores exportadores, e as atividades não-básicas, que são destinadas ao consumo interno. Acredita-se que o desenvolvimento regional está condicionado pela expansão do setor básico (que incluiria também os insumos fornecidos pelas indústrias às exportadoras). Assim, as exportações possuem papel decisivo na determinação do nível absoluto e *per capita* da renda regional, diretamente através do desempenho dos fatores de produção e também por meio do efeito indireto sobre outros setores econômicos e a renda da região (LODDER, 1971; COLLA et al., 2011).

Para explicar esses fenômenos, utilizam-se os trabalhos de Douglas North, os quais constituem o ponto essencial da Teoria da Base de Exportação ou Base Econômica. A Base

Econômica parte da constatação de que é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas, que produzem bens e serviços vendidos fora da região e atividades não básicas, que são destinadas ao consumo interno. O avanço econômico se dá a partir das atividades de base econômica e o suporte da estrutura institucional, as instituições¹ dão o suporte legal, inovador, estrutural para que a base de exportação renove o seu dinamismo ao longo do tempo. As rendas geradas pela procura dos bens produzidos nas atividades de base impulsionam as atividades não básicas ou locais e induzem o crescimento da região (PIFFER, 1997; NORTH, 2006).

O termo produtos “primários” ou básicos é tratado por North (1977) como o principal artigo produzido por uma região e que tem sido geralmente usado para designar produtos da indústria extrativa, uma vez que o conceito de produto de exportação de uma região pode incluir produtos do setor secundário ou mesmo terciário. North (1977) usa a expressão “produtos de exportação” para referir-se aos itens individuais e a expressão “base de exportação” para designar os produtos e serviços de exportação de uma região.

North (1977) propôs um exame das teorias de localização e crescimento econômico regional, à luz do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos. Segundo North (1977), as teorias de localização e crescimento econômico regional, de origens europeias, não são capazes de retratar a história econômica dos Estados Unidos. A sequência de estágios que as regiões percorrem no curso do desenvolvimento, proposta pelas teorias de crescimento econômico regional europeias pouco caracterizam o tipo de desenvolvimento americano.

Estes estágios sugerem que as regiões devem passar por uma fase de economia de subsistência, autossuficiente e com baixo investimento no comércio. “À medida em que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local” (NORTH, 1977, p. 293), é nessa segunda fase que surgem as primeiras indústrias. Na terceira fase ocorre um aumento do comércio inter-regional. “Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar” (NORTH, 1977, p. 294), na quarta fase. Na quinta e última fase, proposta pelas teorias de crescimento econômico regional europeias atinge-se o estágio final de desenvolvimento regional, fase em que a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação.

¹ As instituições são as convenções, os códigos de conduta, as normas de comportamento e as regras formais que conduzem a sociedade. Enquanto as instituições são as “regras do jogo”, as organizações são os jogadores (NORTH, 2006, p. 13).

Em sua análise North (1977) evidencia a principal incoerência em relação aos estágios apresentados pela teoria de desenvolvimento regional e a história econômica dos Estados Unidos, a saber:

Os Estados Unidos foram colonizados como um empreendimento capitalista. O povoamento das regiões novas e seu crescimento subsequente foram determinados pelo mercado mundial. O resultado foi um tipo de desenvolvimento bastante diferente do descrito pela teoria de crescimento regional, segundo a qual as regiões, partindo da economia de subsistência, vão gradualmente ampliando seus mercados. Desde as primeiras sociedades anônimas, ao longo de toda a expansão em direção ao oeste, o objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária (NORTH, 1977, p. 295).

Dessa forma, os Estados Unidos não dependeram da agricultura de subsistência, desde o início seu desenvolvimento foi voltado para a produção de artigos exportáveis e se existiu alguma economia de subsistência em alguma região, foi somente devido à falta de meios de transporte adequados. E mesmo assim, esse tipo de estabelecimento não teve importância na configuração do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.

Outra incoerência entre a história econômica dos Estados Unidos e as teorias de crescimento econômico regional, que North (1977) chama atenção, diz respeito à necessidade de industrialização das regiões. Tal necessidade tem sido o princípio básico da teoria do crescimento econômico regional, como se tem considerado a industrialização uma fase difícil de alcançar. North (1977) expõe que:

(1) Não existe razão porque todas as regiões devam se industrializar para continuar a crescer. (2) Uma grande quantidade de indústria secundária se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locais da indústria orientada para as matérias-primas, seja com um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação (NORTH, 1977, p. 308).

O autor completa, “não existe dificuldade para o desenvolvimento de tais indústrias. As dificuldades surgem quando se procura desenvolver, em uma região, indústrias que sejam simplesmente inadequadas para a área” (NORTH, 1977, p. 307).

Assim, a Teoria da Base de Exportação foi direcionada para o desenvolvimento de novas regiões dos Estados Unidos, ou seja, foi desenvolvida para explicar a configuração das regiões de colonização recente com base na agricultura, especificamente para regiões que cresceram em estruturas capitalistas. North (1977) argumenta que apesar de a teoria se referir ao desenvolvimento dos Estados Unidos, a mesma pode se aplicar as outras regiões desde que:

[...] apresentem as seguintes condições: (1) regiões que tenham se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas e, portanto, sensíveis a oportunidade de maximização dos lucros, e nas quais os fatores de produção apresentaram relativa mobilidade, e (2) regiões que tenham se desenvolvido sem as restrições impostas pela pressão populacional (NORTH, 1977, p. 292-293).

Portanto, a teoria proposta por Douglas North (1977) é útil tanto para a análise do desenvolvimento histórico da economia americana como para a compreensão dos problemas atuais das regiões de colonização recente e relacionados com o crescimento regional.

À medida que as regiões crescem em consequência da base econômica, desenvolvem-se as economias externas, o que melhora a concorrência de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas em comercialização, o aumento de crédito e transportes, força de trabalho mais preparada e uma indústria complementar além de necessárias são consequência do crescimento da região (NORTH, 1977).

North (1977) destaca que uma das razões do crescimento de novas exportações foi o desenvolvimento dos transportes. Tal desenvolvimento permitiu a competição entre as regiões na produção de bens, que antes eram impraticáveis, por conta dos altos custos de transferência. Outros fatores também são importantes, tais como: “o crescimento da renda e da demanda em outras regiões, além dos progressos tecnológicos, [...]. A participação do governo estadual e federal na criação de benefícios sociais básicos” (NORTH, 1977, p. 309).

Sobre a expansão de uma região, North (1977) afirma que ela se expande devido ao resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado ou à mudança dos gostos. Da mesma forma, ele alega que um melhoramento na posição de custo de processamento ou de transferência dos produtos de exportação da região em relação à regiões competidoras promoverá o desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que o processo de ruptura estrutural acontece através da especialização em atividades de base ou exportação, a qual pode ser atingida pela ampliação do comércio inter-regional.

2.3.4O Processo Endógeno do Desenvolvimento Econômico Regional

O desenvolvimento endógeno surgiu das transformações ocorridas nas teorias de desenvolvimento regional na década de 1980. Desde o início dos anos de 1980, ocorreu uma profunda alteração na política econômica, momento em que os atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das

economias locais. Essas transformações foram provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. O que se observa é que ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de expansão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões vêm mostrando um movimento de “endogeneização”, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; RESENDE; FERNANDES; SILVA, 2007).

Assim, o desenvolvimento endógeno surgiu como resposta das comunidades aos desafios colocados pelo fechamento de empresas, pela desindustrialização e pelo aumento do desemprego. A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região, esse tipo de capital permite aos membros de uma comunidade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum (SOUZA FILHO, 2002; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão social do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Dessa forma, o desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O território é um agente de transformação e não mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial consiste no conjunto de recursos (econômicos, humanos e institucionais) formadores de seu potencial de desenvolvimento. São precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. Cada sociedade promove o surgimento de formas específicas de organizações e de instituições que

lhes são próprias e que haverão de favorecer ou dificultar a atividade econômica, pelo fato de os agentes econômicos tomarem suas decisões nesse entorno organizacional e institucional e por nem sempre seguirem as prescrições teóricas dos modelos econômicos (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001).

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno identificou que os fatores de produção, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, podem ser determinados dentro da região. Por conseguinte, logo se entende que regiões as quais estes fatores se fazem presente ou são estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. A política de desenvolvimento endógeno pretende superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo (SOUZA FILHO, 2002).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento endógeno propõem-se a estimular o surgimento e a expansão das empresas locais e favorecer o desenvolvimento dos recursos específicos que determinam a capacidade de atração de empresas externas. Além de influenciar aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.

O desenvolvimento endógeno é uma estratégia de ação. As comunidades locais têm uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Em suma, o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que se dá pela base, ou seja, é liderado pela

comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento levando à melhoria do nível de vida da população.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se classificou como uma pesquisa descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva segundo Gil (2010, p. 42) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Triviños (1987) complementa que neste tipo de pesquisa o investigador precisa ter mais informações sobre o assunto pesquisado e suas variáveis. Já a pesquisa explicativa “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” (GIL, 2010, p. 42).

Por se utilizar de indicadores de análise regional e para que fosse possível alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se caracterizou por ter uma abordagem quantitativa. Entretanto, para explicar os resultados e no intuito de aprofundar a análise dos mesmos, buscou-se de dados e informações que auxiliassem neste trabalho. Portanto, esta pesquisa foi também qualitativa.

3.1 ÁREA DE ESTUDO E COLETA DE DADOS

A área escolhida para esse estudo foi o Estado do Paraná. O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 199.880 km² (IPARDES, 2014).

A população é formada por descendentes de várias etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses e por imigrantes procedentes, em sua maioria, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

Para a análise do processo de ruptura estrutural entre os setores econômicos do Estado do Paraná e o perfil produtivo da economia regional paranaense no período de 1985 a 2012 tomaram-se como unidades básicas de estudo as microrregiões geográficas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1976. Segundo o IBGE, o recorte do Estado do Paraná traduz, ainda que de maneira sintética, as diferenças na organização do território nacional quanto às questões sociais e políticas (IPARDES, 2004a).

Figura 2 - Microrregiões Geográficas do Paraná - 2014



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a divisão do IBGE, o Paraná possui trinta e nove microrregiões, quais sejam: Paranavaí (1), Umuarama (2), Cianorte (3), Goioerê (4), Campo Mourão (5), Astorga (6), Porecatu (7), Florai (8), Maringá (9), Apucarana (10), Londrina (11), Faxinal (12), Ivaiporã (13), Assaí (14), Cornélio Procópio (15), Jacarezinho (16), Ibaiti (17), Wenceslau Braz (18), Telêmaco Borba (19), Jaguariaíva (20), Ponta Grossa (21), Toledo (22), Cascavel (23), Foz do Iguaçu (24), Capanema (25), Francisco Beltrão (26), Pato Branco (27), Pitanga (28), Guarapuava (29), Palmas (30), Prudentópolis (31), Irati (32), União da Vitória (33), São

Mateus do Sul (34), Cerro Azul (35), Lapa (36), Curitiba (37), Paranaguá (38) e Rio Negro (39).

Em relação à coleta dos dados, a mesma se deu de forma secundária. As informações sobre o emprego formal foram coletadas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Para os dados de PIB e indicadores socioeconômicos utilizou-se a base de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Optou-se por utilizar a variável emprego formal para a estimativa do Quociente Locacional e Coeficiente de Reestruturação, pois é a estimativa oficial de emprego no Brasil e por entender-se que os setores mais dinâmicos empregam mais no decorrer do tempo. Por outro lado, o emprego formal reflete um perfil de emprego com proteção da seguridade social e dos direitos trabalhistas. Por isso, a expansão e criação de mais postos de trabalho formais reflete não só a dinâmica econômica, pois mais emprego significa mais renda proveniente de salários e com isso mais consumo, como também melhorias sociais, já que mais cidadãos serão protegidos pela seguridade social e previdenciária. Além de ser uma variável bastante utilizada para este tipo de análise, o emprego reflete a geração e distribuição de renda regional, o que estimula o consumo e a dinâmica da região (ALVES, 2012; FERRERA DE LIMA et al., 2006; FERRERA DE LIMA et al., 2009).

Além disso, a variável do emprego formal pode captar as mudanças em relação à divisão social do trabalho. Singer (1970) aponta que a divisão social do trabalho demonstra a especialização da força de trabalho, quando ocorre uma mudança qualitativa na composição da ocupação setorial da mão de obra e aumenta a sua produtividade, o que estimula o desenvolvimento econômico.

A variável do emprego formal para o cálculo do Quociente Locacional foi coletada em dois momentos diferentes. No primeiro momento se extraiu os dados para os três grandes setores econômicos Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário. Conforme divisão setorial (por grande setor) disponível na RAIS organizou-se os setores da seguinte forma: Setor Primário = Agropecuário; Setor Secundário = Indústria; Setor Terciário = Construção Civil, Comércio e Serviços.

No segundo momento de coleta se extraiu os dados para o Setor Secundário de forma mais desagregada (conforme Quadro 1), isso se fez necessário para verificar qual ramo da atividade industrial empregou mais em cada microrregião e por consequência dinamizou a região conduzindo ao processo de ruptura estrutural.

Quadro 1 - Classificação dos ramos de atividade produtiva do setor secundário

Indústria Dinâmica	Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria do material de transporte; Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria.
Indústria Tradicional	Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.
Indústria Não-Tradicional	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couro, peles e similares.

Fonte: Elaboração própria a partir de Alves; Souza; Piffer (2013).

Em relação ao período de tempo selecionado, 1985 a 2012, justificaram-se pela disponibilidade dos dados e por se considerar um período significativamente longo, no qual se evidenciam as transformações conjunturais sofridas pelas microrregiões paranaenses e conseqüentemente pelo Estado do Paraná como um todo. Para a estimativa do QL coletou-se dados de emprego formal para os anos de 1985, 1992, 1999, 2006 e 2012. Para a estimativa do Coeficiente de Reestruturação os períodos foram os intervalos de 1985/1999 e 1999/2012.

Utilizaram-se outras variáveis além do emprego formal como: dados de população para perceber o comportamento dos habitantes do Estado do Paraná ao longo das transformações ocorridas no período analisado e o Produto Interno Bruto (PIB) para verificar o crescimento econômico setorial das microrregiões com o objetivo de complementar a análise econômica e verificar a relação da ruptura estrutural com o desenvolvimento econômico.

3.2 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL

Os primeiros pesquisadores a aplicar e sistematizar os indicadores de análise regional no Brasil foram Lodder (1971) e Haddad (1989). Ambos são referências importantes da aplicação empírica desse instrumental ao caso brasileiro. Entretanto, outros estudiosos regionais fazem referência a esse instrumental analítico, como: Alves et al. (2006), Costa (2002), Ferrera de Lima et al. (2006), Piffer (1997; 2009), Piacenti e Ferrera de Lima (2012), entre outros.

Para a estimativa dos indicadores de análise regional procedeu-se à construção da matriz de informações: organizaram-se as informações em uma matriz que relacionou a distribuição setorial-espacial da variável base. Com as matrizes construídas, o cálculo de diferentes tipos de medidas permitiu "descrever padrões de comportamento dos setores produtivos no espaço econômico, assim como padrões diferenciais de estruturas produtivas entre as várias regiões" (HADDAD, 1989, p. 227).

3.2.1 A matriz de Informações Espaciais

As informações foram organizadas em uma matriz, na qual cada linha mostra a distribuição total do emprego formal de um dado subsetor entre as diferentes microrregiões, e cada coluna mostra como o emprego formal total de uma dada microrregião se distribui entre os seus diferentes subsetores.

Para a construção da matriz espacial define-se:

E_{ij} = emprego formal no subsetor i da microrregião j ;

$E_{.j} = \sum_i E_{ij}$ = emprego formal em todos os subsectores da microrregião j ;

$E_{i.} = \sum_j E_{ij}$ = emprego formal no subsetor i de todas as microrregiões;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = emprego formal em todos os subsectores de todas as microrregiões.

Assim, pode-se apresentar a matriz de informação da seguinte forma:

Figura 3 - Matriz de informação

	←----- Microrregião j -----→		
↑		↑ 	
Subsetor i	←-----	E_{ij}	-----→
↓		↓ 	$\sum_j E_{ij}$
		$\sum_i E_{ij}$	$\sum_i \sum_j E_{ij}$

Fonte: Adaptado de Haddad (1989, p. 226).

A partir da matriz espacial, são derivadas outras duas que mostram, em termos percentuais, a distribuição do emprego em cada microrregião por subsetor econômico, e a distribuição do emprego de cada subsetor entre as microrregiões:

$$i^e j = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \quad (1)$$

$$j^e i = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \quad (2)$$

sendo: $\sum_i i^e j = 1,00$; $\sum_j j^e i = 1,00$; $i^e . = \sum_j i^e j$; e $j^e . = \sum_i j^e i$

As medidas regionais concentram-se na análise da estrutura produtiva dos subsetores econômicos de cada microrregião, identificando a distribuição do emprego formal e a especialização das economias regionais, no período de 1985 a 2012.

3.3 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO

As medidas de localização são medidas de natureza setorial e se preocupam com a localização dos subsetores econômicos entre as microrregiões. O principal objetivo foi identificar padrões de concentração ou dispersão espacial do emprego formal, bem como as mudanças na estrutura da economia, nos anos de 1985 a 2012, e dessa forma captar o momento em que cada microrregião passou por uma ruptura estrutural em relação às atividades produtivas ou subsetores econômicos.

3.3.1 Quociente Locacional

O Quociente Locacional (QL) do subsetor i na microrregião j foi definido como:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_{i.}}{E_{.j}/E_{..}} \quad (3)$$

O QL comparou a participação percentual de uma microrregião, em um subsetor particular, com a participação percentual da mesma microrregião, no total do emprego formal da economia estadual. Se o valor do quociente for maior do que 1 (um), isto significa que a microrregião foi, relativamente, mais importante no contexto estadual, em termos do subsetor econômico, do que em termos gerais de todos os subsetores.

3.4 MEDIDAS REGIONAIS

As medidas de natureza regional se concentraram na análise da estrutura produtiva das atividades setoriais de cada microrregião, com o objetivo de investigar o grau de especialização das economias regionais, no período de 1985 a 2012, como o processo de diversificação observado entre os anos estudados, pode-se assim constatar mudanças na pauta produtiva das microrregiões paranaenses.

3.4.1 Coeficiente de Reestruturação

O Coeficiente de Reestruturação (CR) da microrregião j foi definido como:

$$CR_j = \frac{\sum_i^{t_1, t_0} (|iej - iej|)}{2} \quad (4)$$

O CR relacionou a estrutura do emprego formal na microrregião j entre 1985 e 2012, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta microrregião. Quando o coeficiente for igual a 0 (zero), não ocorreu modificações na composição setorial da microrregião. Se, por outro lado, o coeficiente for igual a 1 (um), ocorreu uma reestruturação profunda na composição setorial da microrregião.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização desse estudo e análise dos dados coletados, utilizaram-se os aplicativos Microsoft Word e Microsoft Excel, para organização das informações e aplicação dos indicadores de análise regional.

Os resultados do Quociente Locacional (QL) foram utilizados para responder a pergunta: Qual o perfil do processo de ruptura estrutural das microrregiões paranaenses? E para se atingir o primeiro objetivo específico dessa pesquisa, que foi analisar o comportamento da divisão social do trabalho na distribuição setorial dos ramos econômicos nas microrregiões geográficas paranaenses. Além de mostrar a relação da especialização do emprego formal dos subsetores econômicos com o processo de ruptura estrutural nas microrregiões paranaenses e destacar as atividades motoras, ou seja, as atividades que geraram maiores encadeamentos positivos que conseqüentemente levaram ao desenvolvimento econômico.

Com os resultados do Coeficiente de Reestruturação (CR) pretendeu-se explicar o reposicionamento das atividades produtivas entre as microrregiões paranaenses ao longo do tempo, respondendo à pergunta: qual o impacto da ruptura estrutural na localização das atividades produtivas nas microrregiões paranaenses? Para atingir-se o segundo objetivo específico da pesquisa, descrever as alterações locais na especialização do emprego das atividades produtivas nas microrregiões geográficas paranaenses.

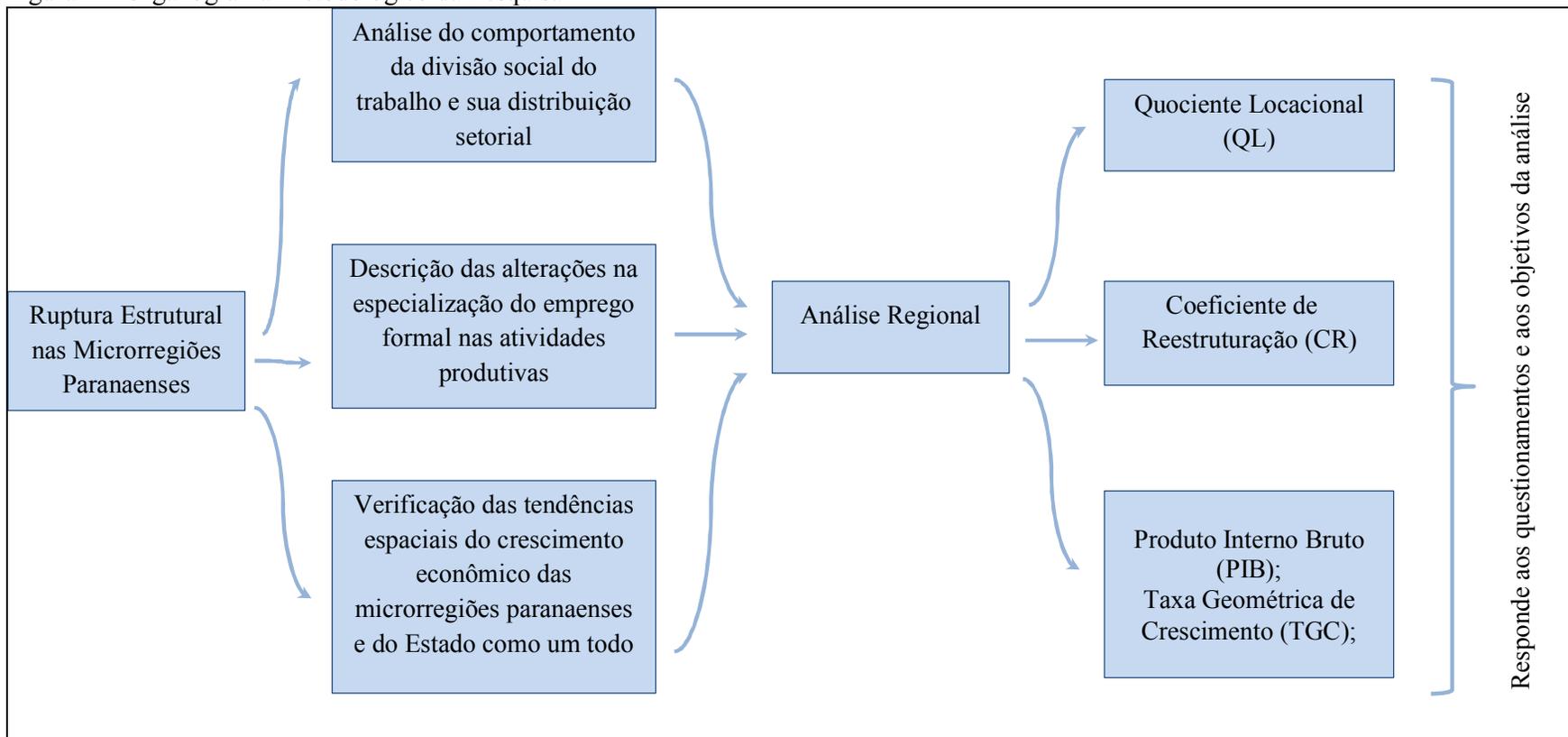
De posse dos resultados, foram confeccionadas figuras em forma de mapas ilustrativos, com a ajuda do software livre Quantum Gis 1.8, que contribuiu na interpretação dos resultados.

Para se atingir o terceiro objetivo específico, que era verificar o processo de crescimento econômico das microrregiões paranaenses e do Estado como um todo e para responder à pergunta: “a ruptura estrutural afeta o nível de crescimento econômico regional?”, utilizou-se de dados como o Produto Interno Bruto (PIB) e a Taxa Geométrica de Crescimento para demonstrar quais microrregiões tiveram maiores destaques econômicos no período analisado.

Para complementar os resultados obtidos por meio das medidas de análise regional e para explicar o comportamento do processo de ruptura estrutural no Estado do Paraná e a distribuição do emprego formal entre os setores da economia foi feita uma análise qualitativa colaborando para a compreensão do comportamento das atividades econômicas e o seu posicionamento regional no Estado do Paraná.

Assim, realizado esses procedimentos descritos, foi possível atingir o objetivo geral desta pesquisa que era analisar o processo de ruptura estrutural da economia regional paranaense no período de 1985 a 2012.

Figura 4 – Organograma Metodológico da Pesquisa



Fonte: Elaboração Própria.

4 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

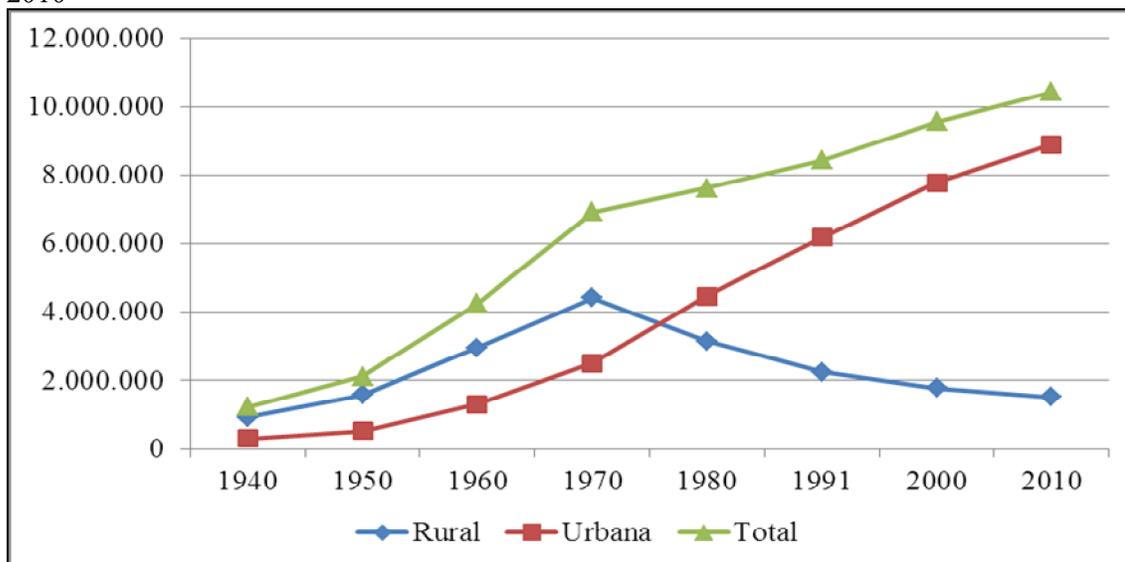
Entre os anos de 1940 e 1970, o Estado do Paraná sofreu uma radical transformação no contingente populacional. Isso se deu pela ocupação das terras que ainda estavam por ser ocupadas e pelo aumento expressivo da população que nesse período passou de 1.236.276 habitantes em 1940 para 10.444.526 habitantes em 2010, praticamente decuplicando. O aumento da população se deu em grande parte pelos movimentos ocupacionais organizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), principalmente em direção ao Norte do Estado e pelo deslocamento da fronteira agrícola do Sul do Brasil para a mesorregião Sudoeste do Estado (PADIS, 1981).

No Estado do Paraná, o esgotamento da fronteira agrícola se deu no final da década de 1970. Paralelo à ocupação definitiva das terras produtivas e do espaço paranaense, ocorreu também a modernização das atividades agropecuárias, com a adoção de novas técnicas de produção, de equipamentos e insumos modernos. Esses dois processos estimularam o êxodo rural e conduziram a um novo perfil de localização e ocupação da população, que de hegemonicamente rural passou a ficar cada vez mais urbanizada, tanto em termos de domicílio quanto de atividades (FERRERA DE LIMA et al., 2011).

Ou seja, a modernização do espaço rural, além de aumentar a produção agropecuária, causou mudanças na mobilidade populacional. A força de trabalho antes exclusiva do espaço rural foi absorvida gradativamente nas atividades urbano-industriais. Ou seja, houve uma mudança na divisão social do trabalho nas microrregiões do Paraná a favor das cidades que recebiam matéria-prima e mão de obra para as atividades mais intensivas em trabalho, nesse caso localizadas em áreas urbanas (STADUTO et al., 2004).

Na Figura 5, visualiza-se que a população urbana passou em quantidade a população rural durante o período de 1970 a 1980.

Figura 5 – População residente conforme situação de domicílio no Estado do Paraná, 1940 a 2010



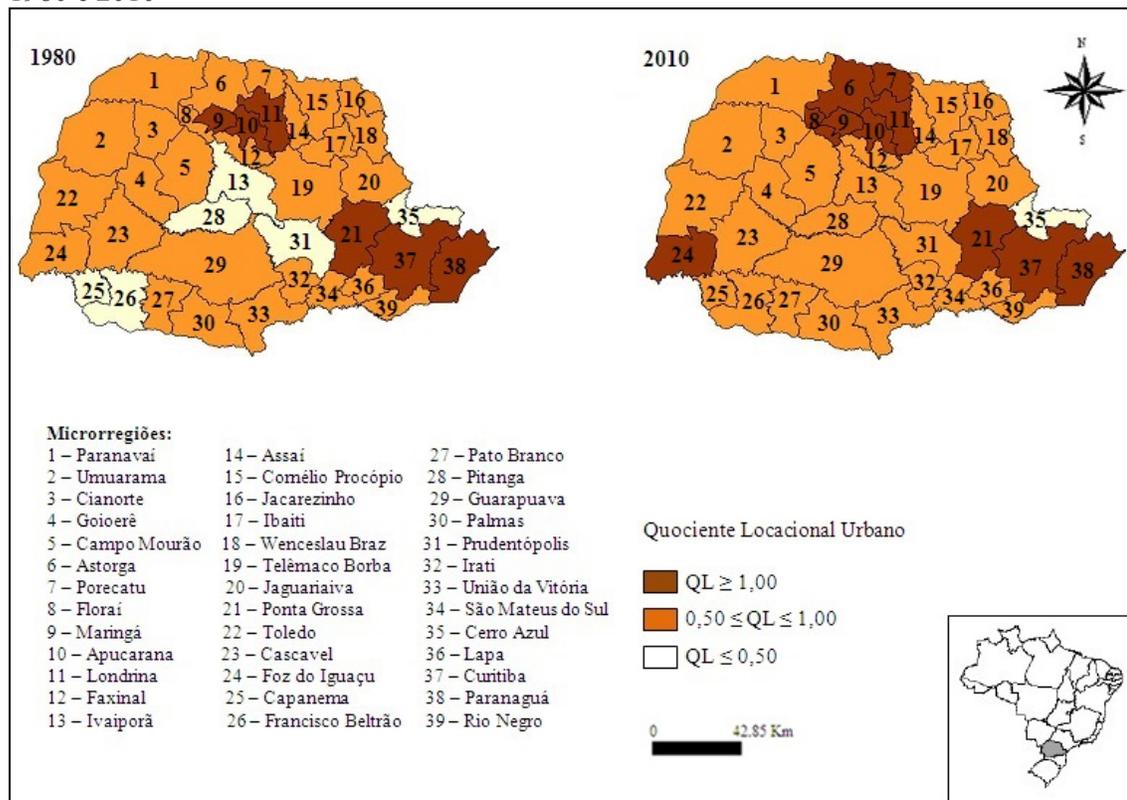
Fonte: IPEADATA (2014) a partir de dados do IBGE.

A partir de 1970, momento no qual a urbanização se intensificou, o crescimento visualizado da população total foi em paralelo ao aumento da população urbana, que teve um incremento de 1.968.253 habitantes, no período entre 1970 e 1980 e a população total de apenas 700.028 habitantes. Com esse incremento, a população urbana, que representava 36,14% da população total em 1970, passou a 58,62% da população total do Estado do Paraná, em 1980. A inversão da população rural em relação à população urbana também demonstra uma ruptura na organização do espaço regional, que de predominantemente rural passa a “produzir” mais aglomerações. Apesar da população se urbanizar, não significa que o espaço rural perde importância, pois parcela das atividades produtivas urbanas estão ligadas à produção rural formando um *continuum* urbano-rural.

O perfil da localização espacial da população por domicílio (urbano e rural) contribui para demonstrar o deslocamento da população rural para as áreas urbanas nos fins do século XX e início do século XXI. Na Figura 6, nota-se que em 1980 a população urbana se localizava de forma significativa nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba (microrregiões de Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá) e Norte Central Paranaense (microrregiões de Maringá, Apucarana e Londrina). Porém, apenas seis microrregiões (Capanema, Francisco Beltrão, Pitanga, Ivaiporã, Prudentópolis e Cerro Azul) demonstravam baixa concentração de população urbana. Já em 2010, além de ocupar um número maior de microrregiões (dez no total) a população passou a se concentrar na zona urbana no Oeste Paranaense (microrregião

de Foz do Iguaçu). Nesse período, apenas Cerro Azul continuou com baixa concentração de população urbana, demonstrando uma forte urbanização no estado como um todo.

Figura 6 – Padrão Locacional da População Urbana nas Microrregiões do Estado do Paraná – 1980 e 2010



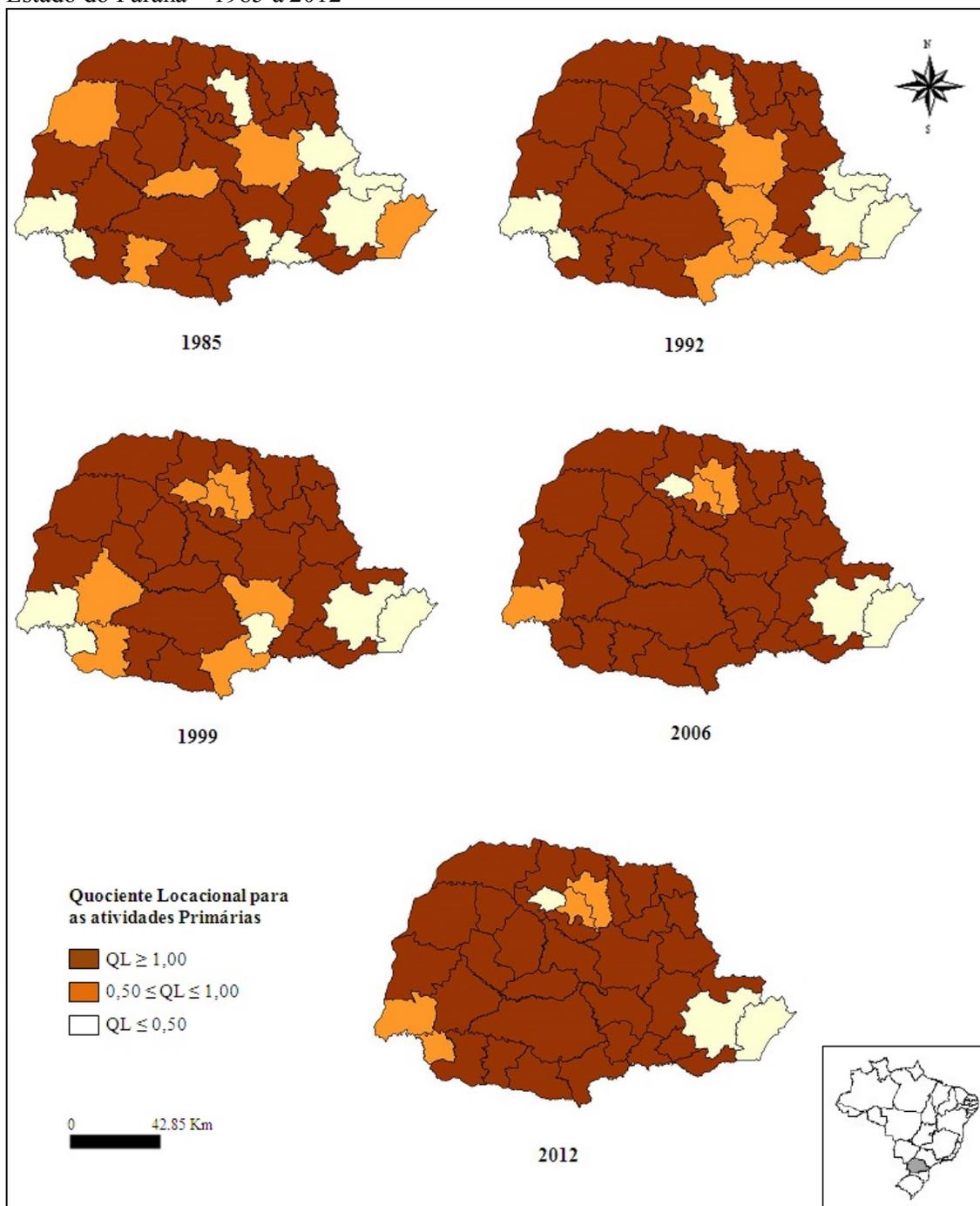
Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos dados do IPEADATA (2014).

Percebe-se ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais que o setor primário é o mais significativo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte às atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais estimulando a fixação de população urbana (FERRERA DE LIMA et al., 2011). Como é o caso das microrregiões de Curitiba, Paranaguá e Maringá (Figura 7), que apresentam baixa concentração de emprego formal no setor primário desde o ano de 2006. Esse fato é explicado por essas microrregiões apresentarem forte concentração de emprego formal em setores urbanos (secundário e o terciário), os quais serão analisados no capítulo 5.

Já as microrregiões de Foz do Iguaçu, Capanema, Apucarana e Londrina apresentaram média concentração de emprego formal no setor primário em 2012 (Figura 7).

Ou seja, elas são microrregiões que ainda tem parte de sua mão de obra ligada às atividades primárias, mas que demonstram maior concentração em atividades mais urbanizadas como as ligadas aos setores secundário e terciário da economia.

Figura 7 – Padrão de localização do emprego formal no setor primário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

Em relação às microrregiões que demonstraram forte concentração de emprego formal no setor primário (Figura 7), são importantes alguns destaques: em 1985, a microrregião de Jaguariaíva concentrava 4.384 empregos formais nesse setor, isso representava 16,77% do total do emprego formal, percentual bastante alto se comparado às microrregiões de Maringá e Toledo, que apresentaram a segunda e terceira maior distribuição percentual do emprego formal, com o percentual de 13,03% e 6,47%, respectivamente (conforme Anexo A). Em 2012, o destaque foi para a microrregião de Paranavaí, com 7.060 empregos formais e a microrregião de Ponta Grossa com 7.348 empregos. Em relação à distribuição percentual do emprego formal para o setor primário, essas microrregiões atingiram 6,88% e 7,16%, respectivamente (Anexo A).

Assim, o Estado do Paraná em todo o período analisado apresentou forte concentração de emprego formal no setor primário da economia. Com isso comprova-se que este setor ainda é muito representativo para o Estado e que boa parte da população ainda está localizada nas áreas rurais ou municípios com *continuum* urbano-rural bem significativo. Essa configuração é explicada observando as atividades desde os primeiros movimentos de ocupação do Estado e cuja produção de *commodities* ainda refletem e são insumos nas atividades de transformação da maioria das microrregiões do Estado do Paraná.

Cabe lembrar que a ocupação do território paranaense se deu pelo litoral, originando Paranaguá. Nessa primeira ocupação a atividade econômica foi a extração de metais preciosos e no momento que essa atividade praticamente desaparece, surge nos campos gerais (microrregiões de Wenceslau Braz, Telêmaco Borba, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Prudentópolis, Lapa, Curitiba e Paranaguá) uma incipiente pecuária que se relacionou com São Paulo e teve pouca repercussão para o Estado. Outra atividade, mas que teve grande destaque foi a economia ervateira, que até a época da I Guerra Mundial (1914 - 1918) teve considerável expansão e posteriormente declinou (PADIS, 1981).

Em termos de ocupação territorial, até a época da crise de 1929, deve-se mencionar o papel dos movimentos tropeiros originados do Rio Grande do Sul rumo a São Paulo. Esses movimentos trouxeram benefícios ao Estado do Paraná, por meio de impostos pagos e dado o considerável número de centros urbanos que se desenvolveram por conta dessa atividade. Entretanto, encerrado o primeiro grande ciclo primário-exportador paranaense (metais preciosos, mate e pecuária) a economia do Estado retrocedeu e ficou nessa situação até a expansão da cafeicultura paulista. A partir de 1945, o Estado do Paraná se tornou um grande

produtor de café, nessa mesma época o estado começa a desenvolver seu setor industrial (PADIS, 1981).

Dessa forma, percebe-se que o Estado do Paraná, desde sua formação, possui a característica de se concentrar em produtos primários e na sua maioria de exportação ou insumo para atividades de transformação regional. A transferência de emprego formal do setor primário para os setores secundário e terciário não refletem, obrigatoriamente, uma mudança da dependência da agricultura para a dependência das atividades urbanas. Dessa forma, existem microrregiões que se dinamizam mais em função de um *continuum* urbano-rural do que de um urbano-industrial, pois as suas matérias primas são importantes para a continuidade do processo de transformação. Por isso, em função da necessidade de insumos por parte das indústrias e do perfil fundiário das microrregiões, as atividades primárias auferem altas rendas que impactam as atividades não básicas de forma mais significativa (NORTH, 1977; FERRERA DE LIMA et al., 2013).

Este capítulo teve como objetivo analisar o comportamento da população e da divisão social do trabalho na distribuição do setor primário nas microrregiões geográficas paranaenses. No próximo capítulo, além disso, analisou-se a relação da especialização do emprego formal do setor secundário e do setor terciário com o processo de ruptura estrutural nas microrregiões paranaenses.

5 RUPTURA ESTRUTURAL NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Com relação às atividades secundárias, em 1985, algumas microrregiões paranaenses já apresentavam forte concentração de emprego formal nesse setor, demonstrando que seu processo de ruptura estrutural ocorreu em período anterior. São essas microrregiões: Porecatu, Apucarana, Assaí, Ibaiti, Telêmaco Borba, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Guarapuava, Palmas, Prudentópolis, Irati, União da Vitória, São Mateus do Sul, Cerro Azul, Lapa e Rio Negro (Figura 8).

Das microrregiões que demonstraram ter passado pela ruptura estrutural em um período anterior a 1985, destaca-se a microrregião de Ponta Grossa com 14.679 empregos formais no setor secundário nesse período, representando 5,72% na distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões (conforme Anexo B). Segundo dados do Ipardes (2004b) Ponta Grossa concentrava mais empregos formais em atividades industriais como madeira e mobiliário, alimentação e bebidas, metalúrgica e têxtil. Dados esses que se confirmaram com esta pesquisa (Figuras 9, 10 e 11), pois em 1985 a microrregião de Ponta Grossa concentrava emprego formal nas indústrias dinâmica, tradicional e não tradicional. Permanecendo mais especializada na indústria tradicional, apresentando $QL > 1$ de 1985 a 2012 (Figura 10).

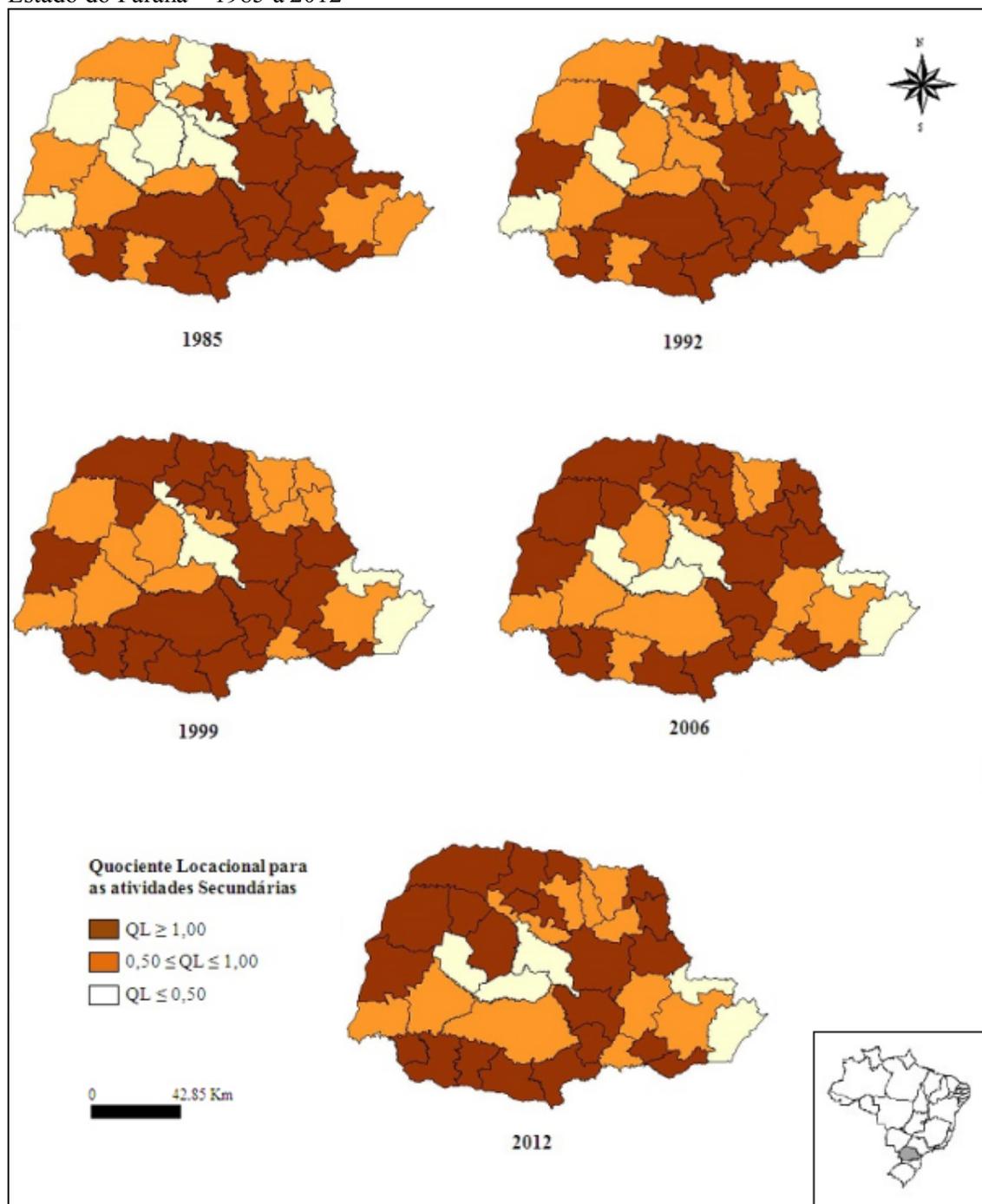
Já em 1992, ocorreu o espraiamento do setor secundário em direção a áreas do Oeste e Norte do Estado. Assim, as microrregiões de Toledo, Cianorte, Cornélio Procópio e Astorga, passaram pelo processo de ruptura estrutural nesse período, ou seja, ocorreu a ocupação e intensificação da mão de obra no setor secundário em relação aos outros setores da economia regional. Por outro lado, algumas microrregiões perderam representatividade nesse setor, como foi o caso das microrregiões de Assaí e Lapa.

As microrregiões de Paranavaí, Maringá, Londrina, Capanema, Pato Branco e Lapa reforçaram sua especialização em mão de obra no setor secundário em 1999, marcando o processo de ruptura estrutural dessas microrregiões. Nesse mesmo período as microrregiões de Cornélio Procópio, Ibaiti, Cerro Azul e São Mateus do Sul perderam representatividade. Destaca-se a microrregião de Lapa que demonstrava especialização no setor secundário em 1985, mas perdeu representatividade em 1992 e voltou a se especializar nesse setor em 1999.

Em 2006, foi a vez das microrregiões de Umuarama, Jacarezinho e Wenceslau Braz passarem pelo processo de ruptura estrutural. A microrregião de Ibaiti, que havia perdido especialização de emprego formal no setor secundário em 1999, voltou a apresentar em 2006.

As microrregiões de Ponta Grossa, Guarapuava e Pato Branco deixaram de ser representativas nesse período.

Figura 8 - Padrão de localização do emprego formal no setor secundário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

Em 2012, a microrregião de Campo Mourão aumentou sua representatividade na especialização de emprego formal no setor secundário e passou pelo processo de ruptura estrutural nesse período. Já a microrregião de Pato Branco, que havia perdido representatividade em 2006 voltou a se destacar em 2012. A microrregião de Ibaiti, que se mostrou especializada no setor secundário antes de 1985, mas que perdeu representatividade em 1999 e voltou a ser especializada no setor secundário em 2006, perdeu novamente em 2012 juntamente com a microrregião de Londrina, que passou pelo processo de ruptura estrutural em 1999 (Figura 8).

No ano de 2012, o destaque foi a microrregião de Cianorte, que passou pelo processo de ruptura em 1992. A microrregião de Cianorte apresentou o maior valor do QL para o ano de 2012 ($QL = 2,31$), com 25.051 empregos formais, sendo que em 1985 apresentava somente 2.108. Esse destaque, da microrregião de Cianorte, no setor secundário demonstra também seu aumento na participação da distribuição percentual do emprego setorial entre as microrregiões, o qual passou de 0,82% em 1985 para 3,52% em 2012 (Anexo B). Essa microrregião concentrava mais emprego formal na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, na indústria de produtos alimentícios e bebidas e na indústria da madeira e mobiliário respectivamente (IPARDES, 2004c), dessa forma, Cianorte se mostrou significativa na indústria tradicional para todo o período analisado (Figura 10).

Entre 1985 a 2012, o Estado do Paraná dinamizou sua base produtiva e deixou de ser um Estado voltado apenas à produção agrícola, diversificando e difundindo as atividades secundárias e com isso aumentando a dinâmica da sua base econômica. O avanço na produção de excedentes agropecuários e o fortalecimento da agroindústria fizeram com que a economia paranaense atingisse um patamar favorável para a diversificação industrial no início do século XXI. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional (PIFFER et al., 2002). O fortalecimento do comércio inter-regional colaborou para o fortalecimento produtivo e o crescimento econômico das microrregiões paranaenses e, conseqüentemente, para que o processo de ruptura estrutural ocorresse.

5.1 AS ESPECIALIZAÇÕES REGIONAIS NO SETOR SECUNDÁRIO

Para uma melhor compreensão da especialização da divisão social do trabalho nas atividades secundárias por microrregião, as atividades secundárias foram divididas em três subgrupos: Indústria Dinâmica, Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional (Figuras 9, 10 e 11).

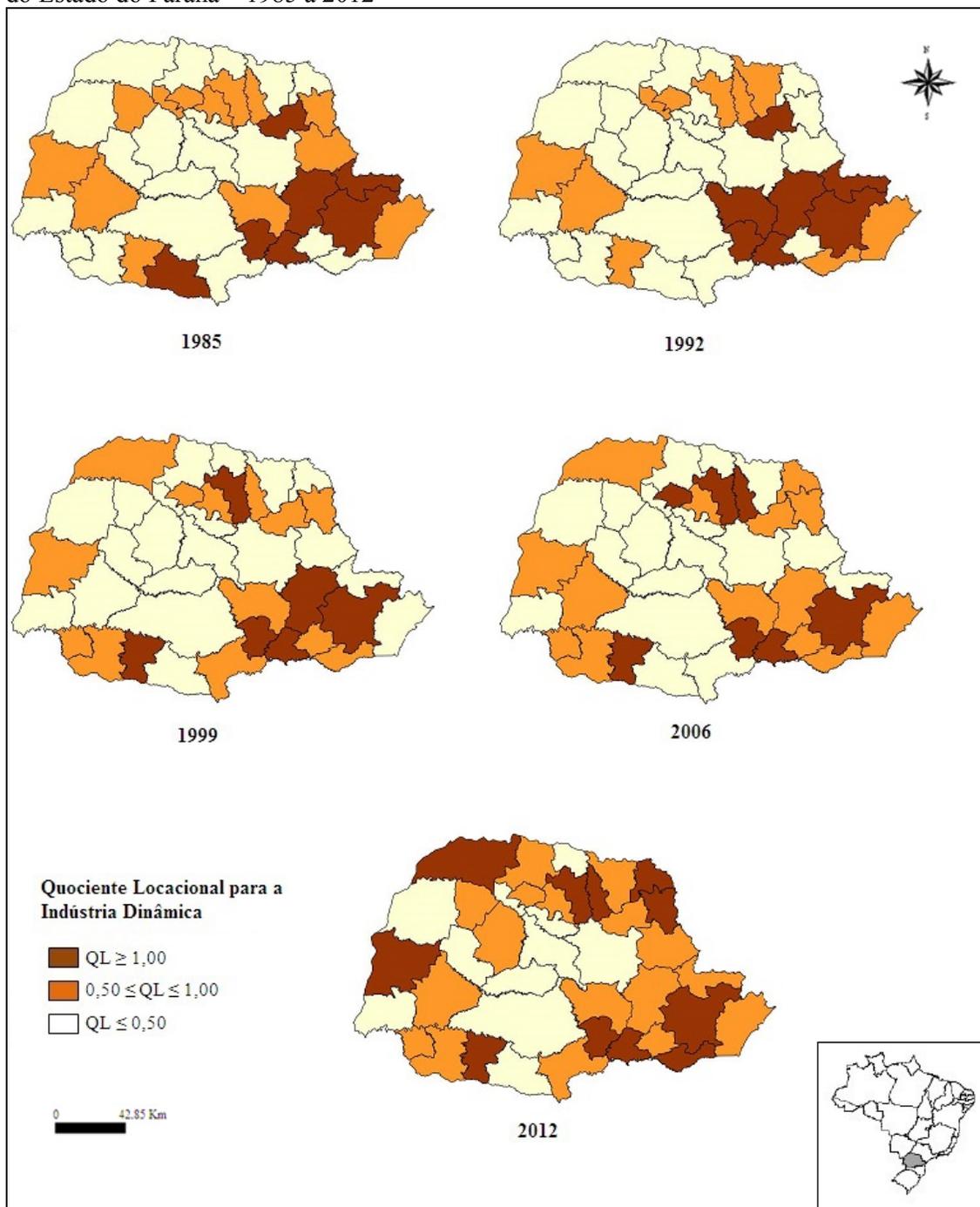
A classificação de indústria dinâmica agrupa as produções de bens intermediários da etapa mais avançada da industrialização e os ramos produtores de bens de capital. São classificadas nessa área: Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria do material de transporte; Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria (Figura 9).

Em 1985 a distribuição espacial da indústria dinâmica era concentrada na porção leste do Estado do Paraná, nas microrregiões de Ibaiti, Cerro Azul, Ponta Grossa, Curitiba, São Mateus do Sul, Irati e Palmas, demonstrando maior especialização nesse ramo de atividade industrial.

Em 1992, a microrregião de Prudentópolis ganhou destaque, mas a microrregião de Palmas perdeu significância nesse período. No ano de 1999, foi a vez das microrregiões de Pato Branco e Londrina se especializarem na indústria dinâmica e Cerro Azul e Ibaiti deixarem de ser significativas. Em 2006, as microrregiões de Maringá e Assaí passaram a ser significativas, enquanto a microrregião de Ponta Grossa perdeu relevância nessa atividade.

Visualizaram-se, em 2012, as maiores mudanças no perfil locacional da indústria dinâmica, com a especialização das microrregiões de Toledo, Paranavaí, Jacarezinho e Wenceslau Braz e a perda de significância da microrregião de Maringá. Essas mudanças demonstraram a desconcentração da indústria dinâmica da porção leste do Estado do Paraná (Figura 9). Dessa forma, essa atividade se reposicionou de uma forma mais dispersa pelo território paranaense, demonstrando uma maior intensidade de capital na atividade industrial no Estado, já que esse tipo de indústria requer avanços no processo produtivo.

Figura 9 - Padrão de localização do emprego formal na indústria dinâmica das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

No rol de indústrias tradicionais são classificados os ramos de atividades inerentes ao início do processo de industrialização e da primeira fase de substituição por importações brasileira (SOUZA; ALVES; FERRERA DE LIMA, 2010). Nesse caso, tratam-se dos bens de consumo duráveis, caracterizados pelo uso intensivo de mão de obra na sua produção, são

exemplos de indústrias tradicionais: Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas, e álcool etílico.

Em 1985, na área norte do Estado se destacou as microrregiões de Paranavaí, Cianorte, Astorga, Maringá, Porecatu, Londrina, Assaí, Cornélio Procópio e Jacarezinho. Outras microrregiões como Toledo, Francisco Beltrão, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Lapa, também se destacaram na concentração de mão de obra na atividade da indústria tradicional nesse período, mas estão mais dispersas territorialmente (Figura 10).

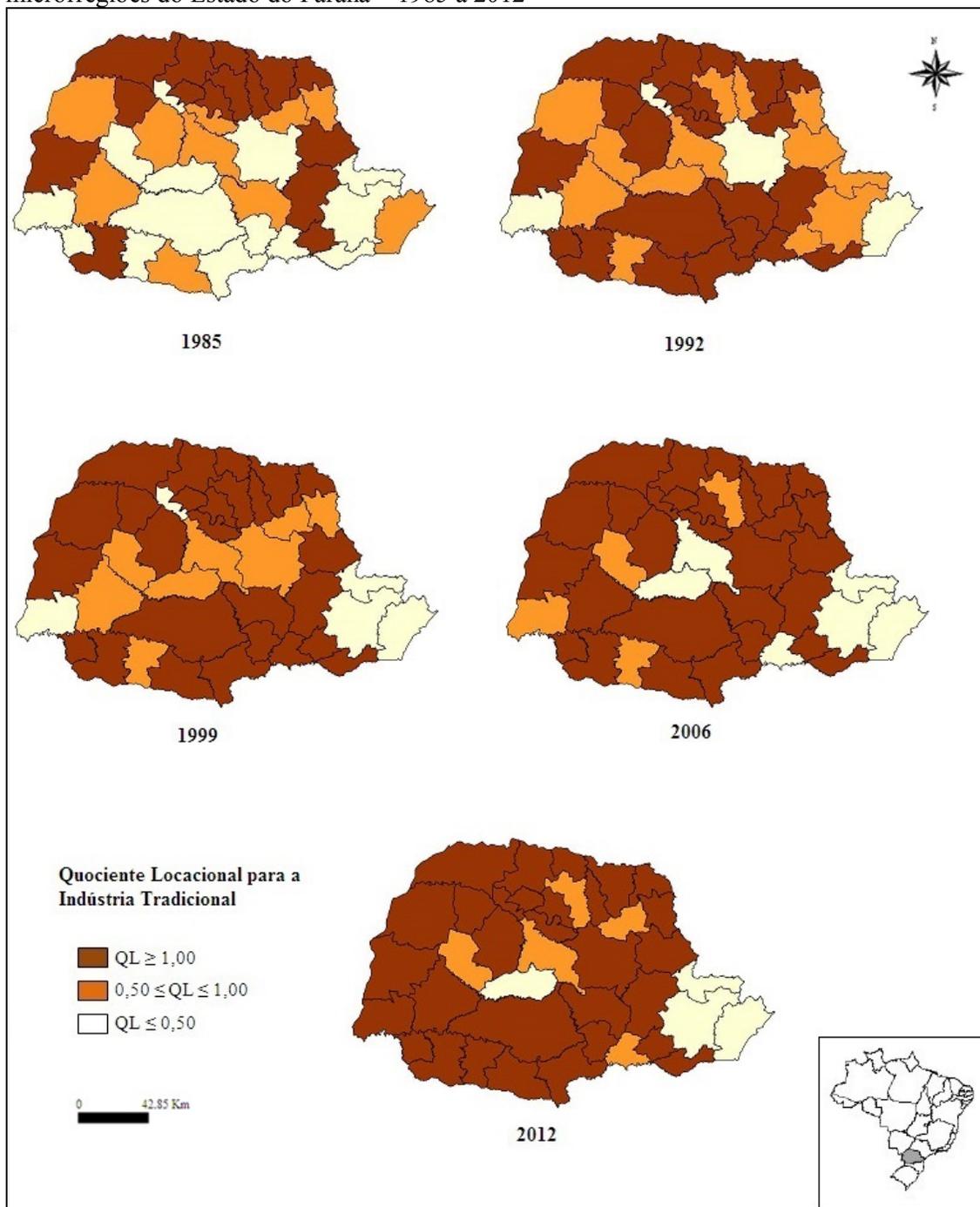
Em 1992, o destaque foi para a área sul (mesorregiões Sudoeste, Centro Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba), nas microrregiões de Capanema, Palmas, Guarapuava, União da Vitória, Prudentópolis, Irati, São Mateus do Sul e Rio Negro. Além dessas microrregiões mais três pertencentes à mesorregião Norte Central ganham importância na concentração de emprego formal na indústria tradicional nesse período, Campo Mourão, Faxinal e Ibaiti. Entretanto, as microrregiões de Londrina, Assaí, Jaguariaíva e Lapa perdem relevância em 1992.

Em 1999, a microrregião de Umuarama ganhou importância na atividade da indústria tradicional. As microrregiões de Londrina, Assaí, Lapa e Jaguariaíva que haviam perdido relevância em 1992, voltam a se especializar nessa atividade em 1999. Já a microrregião de Ibaiti que havia se destacado em 1992, perde em 1999. Em 2006, as áreas Noroeste e Nordeste ganham mais destaque na indústria tradicional, nas microrregiões de Cascavel, Floraí, Telêmaco Borba, Ibaiti e Wenceslau Braz, sendo que a microrregião de Ibaiti volta a apresentar concentração de emprego formal na indústria tradicional. As microrregiões de Londrina e São Mateus do Sul deixam de ser especializadas em 2006 (Figura 10).

Ainda de acordo com a Figura 10, as microrregiões de Foz do Iguaçu e Pato Branco se destacaram somente em 2012, reforçando ainda mais a concentração de emprego formal na indústria tradicional do Estado do Paraná. Nesse período, a microrregião de Ibaiti voltou a perder posição nessa atividade em relação a outras microrregiões do Estado do Paraná.

Chama a atenção as microrregiões de Curitiba, Paranaguá e Cerro Azul que demonstraram fraca concentração de emprego formal na atividade da indústria tradicional em todo o período analisado. É importante adiantar que essas microrregiões são fortes concentradoras de mão de obra do setor de serviços que será analisado mais adiante.

Figura 10 - Padrão de localização do emprego formal na indústria tradicional das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012

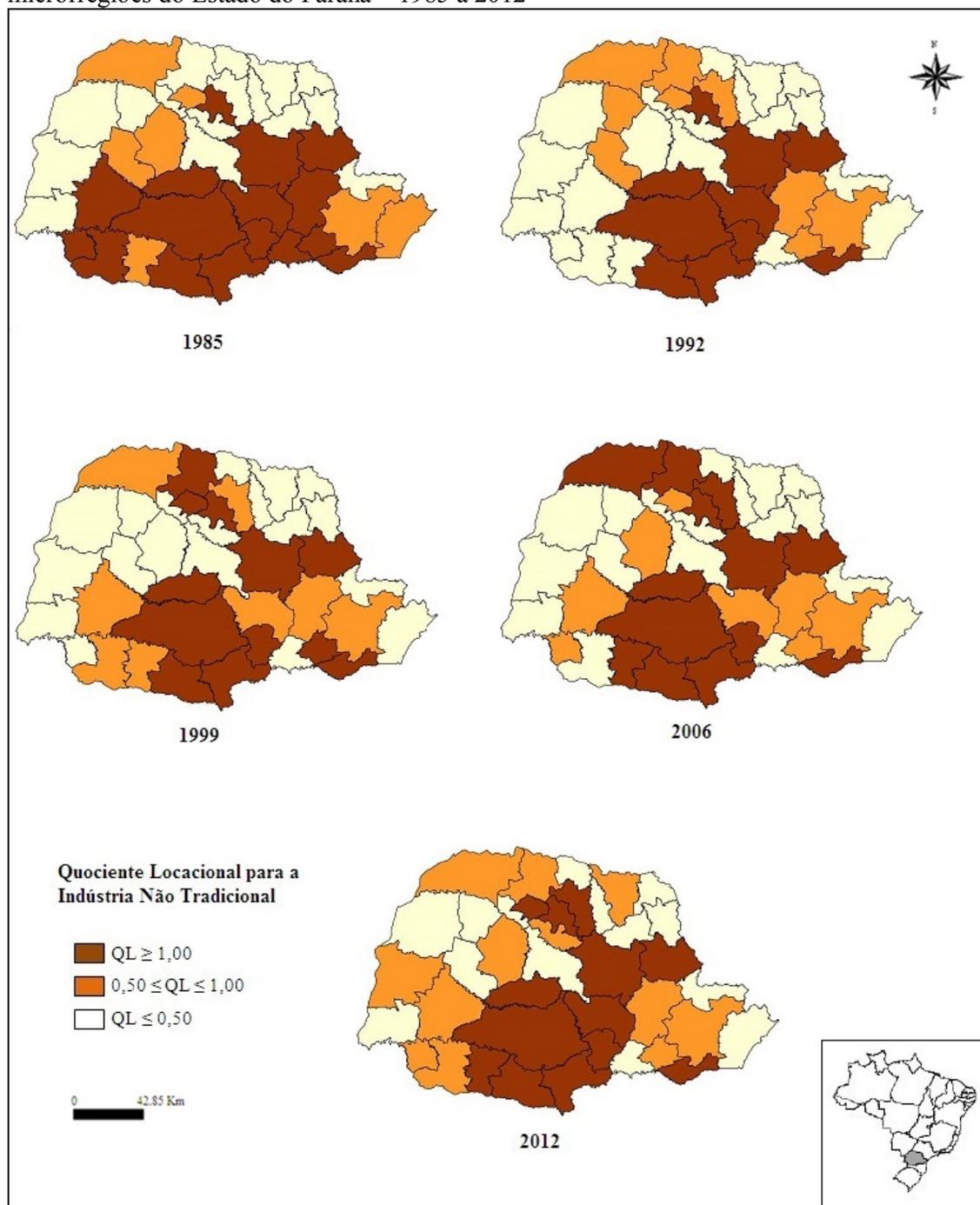


Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

As indústrias não tradicionais são um “meio-termo”, pois tratam-se de ramos de atividades de uso mais intensivo de capital que a indústria tradicional e que tiveram a sua origem mais recente no processo de industrialização (PIFFER, 2009). Exemplos de indústrias não tradicionais: Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo,

couro, peles e similares. Nesse sentido, a Figura 11 mostra as microrregiões que mais se especializaram nessa atividade dentre os anos de 1985 a 2012.

Figura 11 - Padrão de localização do emprego formal na indústria não tradicional das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

Percebeu-se, conforme Figura 11, que as microrregiões de Apucarana, Telêmaco Borba, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Prudentópolis, Irati, São Mateus do Sul, Lapa, Rio Negro, União da Vitória, Guarapuava, Pitanga, Palmas, Cascavel, Capanema e Francisco Beltrão foram as que mais se destacaram na concentração de emprego formal na indústria não tradicional em 1985. Nesse período o destaque foi para a concentração de microrregiões na porção sul do Estado.

No ano de 1992, as microrregiões de Cascavel, Capanema, Francisco Beltrão, Ponta Grossa, São Mateus do Sul e Lapa, perderam importância na especialização da indústria não tradicional, as demais microrregiões que se mostraram especializadas em 1985 permaneceram especializadas nessa atividade. Em 1999, a microrregião de Lapa voltou a concentrar mão de obra na indústria não tradicional e as microrregiões de Astorga e Maringá passaram a ser especializadas nessa atividade. Entretanto, a microrregião de Prudentópolis, que em 1985 era fortemente especializada na indústria não tradicional, mudou seu perfil em 1999 (Figura 11).

Em 2006, as microrregiões de Paranavaí, Londrina e Pato Branco se especializaram na atividade da indústria não tradicional. Entretanto, a microrregião de Maringá que havia mostrado destaque nessa atividade em 1999, deixou de ser especializada em 2006. E a microrregião da Lapa se mostrou oscilante, já que era concentradora de emprego formal na indústria não tradicional em 1985, deixou de ser em 1999, voltou em 1999 e deixou novamente em 2006.

Em 2012, as microrregiões de Maringá e Prudentópolis (Figura 11) voltaram a ser representativas na atividade da indústria não tradicional. Maringá se mostrou especializada em 1999, mas em 2006 deixou de ser e voltou em 2012. Já a microrregião de Prudentópolis, apareceu como especializada desde 1985, em 1999 perdeu relevância e voltou a apresentar em 2012. No entanto, as microrregiões de Paranavaí e Astorga deixaram de ser especializadas na indústria não tradicional em 2012. Paranavaí que aparece como especializada na indústria não tradicional em 2006 e Astorga em 1999.

Depois de analisar o comportamento do setor primário e secundário, na busca de visualizar o comportamento da especialização setorial das microrregiões paranaenses, percebeu-se a necessidade de fazer o mesmo para o setor terciário da economia e verificar como este se comportou no processo de ruptura estrutural.

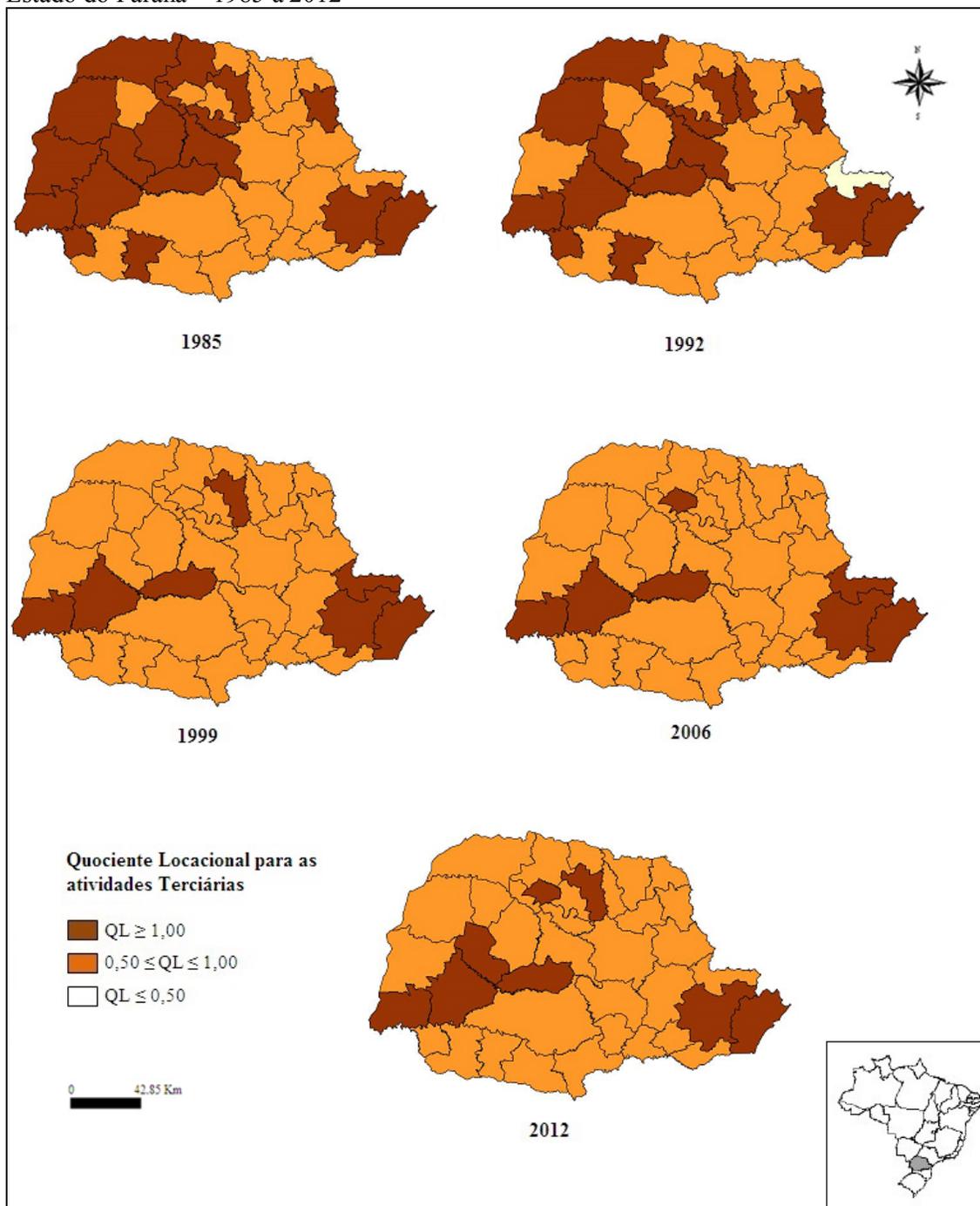
5.2 O SETOR TERCIÁRIO E A RUPTURA ESTRUTURAL PARANAENSE

Cabe lembrar que teoricamente o processo de ruptura estrutural acontece principalmente por meio do setor secundário (SINGER, 1970). No entanto, o setor terciário está ligado às atividades urbanas, que se fortalecem com a expansão das atividades de transformação. Muitas das atividades terciárias estão correlacionadas à atividades do setor secundário, dessa forma, entende-se que o setor terciário, juntamente com o setor secundário, contribui para o fortalecimento do processo de ruptura estrutural, em especial no caso paranaense no período de 1985 a 2012.

Nesse contexto, a Figura 12 mostra o comportamento locacional do emprego formal no setor terciário no Estado do Paraná. Em 1985, as microrregiões pertencentes às áreas Noroeste, Sudoeste (Paranavaí, Astorga, Floraí, Londrina, Faxinal, Umuarama, Campo Mourão, Pitanga, Ivaiporã, Goioerê, Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Capanema, Pato Branco e Wenceslau Braz) e Sudeste (Curitiba e Paranaguá) eram as mais especializadas no setor terciário. A microrregião de Curitiba se destacou nesse e em todo o período analisado. Em 1985, apresentou uma participação percentual do emprego setorial entre as regiões de 46,51%, muito acima das demais microrregiões como, por exemplo, Londrina que vinha em segundo lugar com 8,03%. A microrregião de Curitiba apresentava 378.943 empregos formais e um QL= 1,03, nesse mesmo período (Conforme Anexo C).

Na microrregião de Curitiba, os responsáveis pela especialização do emprego formal no setor terciário foram: a transferência massiva de população pós anos 1970, a localização da sede administrativa do Estado do Paraná, a localização de vários grupos financeiros, atividades médico-hospitalares, centros atacadistas e varejistas, os quais alteraram o funcionamento das atividades comerciais e de serviços, mudando o perfil do fornecedor e do consumidor e implantando padrões internacionais de lojas e produtos. Esses empreendimentos, além de intensificarem relações locais e regionais que envolvem clientes, produtos, empregos, infraestrutura, dentre outros, provocam rearranjos no espaço onde se inserem, apresentando-se como elementos dinâmicos na paisagem urbana (IPARDES, 2004d).

Figura 12 - Padrão de localização do emprego formal no setor terciário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

No período de 1992, conforme a Figura 12, a microrregião de Assaí passou a demonstrar concentração do emprego formal no setor terciário, já as microrregiões de Toledo, Campo Mourão e Astorga perderam importância. As microrregiões que não demonstraram forte concentração de emprego formal no setor terciário apresentaram concentração média

($0,50 \leq QL \leq 1,00$). Isso demonstra a importância do setor terciário e das atividades urbanas na ocupação da mão de obra em todo o território paranaense. O diferencial ficou por conta da microrregião de Cerro Azul, que foi a única microrregião a apresentar baixa especialização no setor terciário em 1992.

No período de 1999, a microrregião de Cerro Azul passou a ser significativa, mas as microrregiões de Paranavaí, Umuarama, Floraí, Faxinal, Assaí, Ivaiporã, Goioerê, Wenceslau Braz, Capanema e Pato Branco perderam participação na especialização de emprego formal no setor terciário. Em 2006, comparativamente foi a vez da microrregião de Londrina perder participação em detrimento de Maringá que passa a ser especializada na ocupação da mão de obra do setor terciário.

A microrregião de Goioerê, que em 1999 perdeu representatividade na especialização de mão de obra no setor terciário, voltou a se apresentar significativa em 2012. Além disso, a microrregião de Cerro Azul que apresentou forte concentração de emprego formal nos anos de 1999 e 2006 apresentou média representatividade no setor terciário em 2012 (Figura 12).

Em 2012, a microrregião de Curitiba continuou sendo destaque entre as microrregiões paranaenses. Sua distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões aumentou 0,38%, passando de 46,51% em 1985 para 46,89% em 2012. Nesse período, as microrregiões de Londrina e Maringá apresentaram distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões 7,40% e 6,18%, respectivamente. Londrina aparece com forte especialização em quase todo o período analisado, com exceção somente de 2006. Já a microrregião de Maringá se mostrou especializada no setor terciário a partir de 2006 (Anexo C).

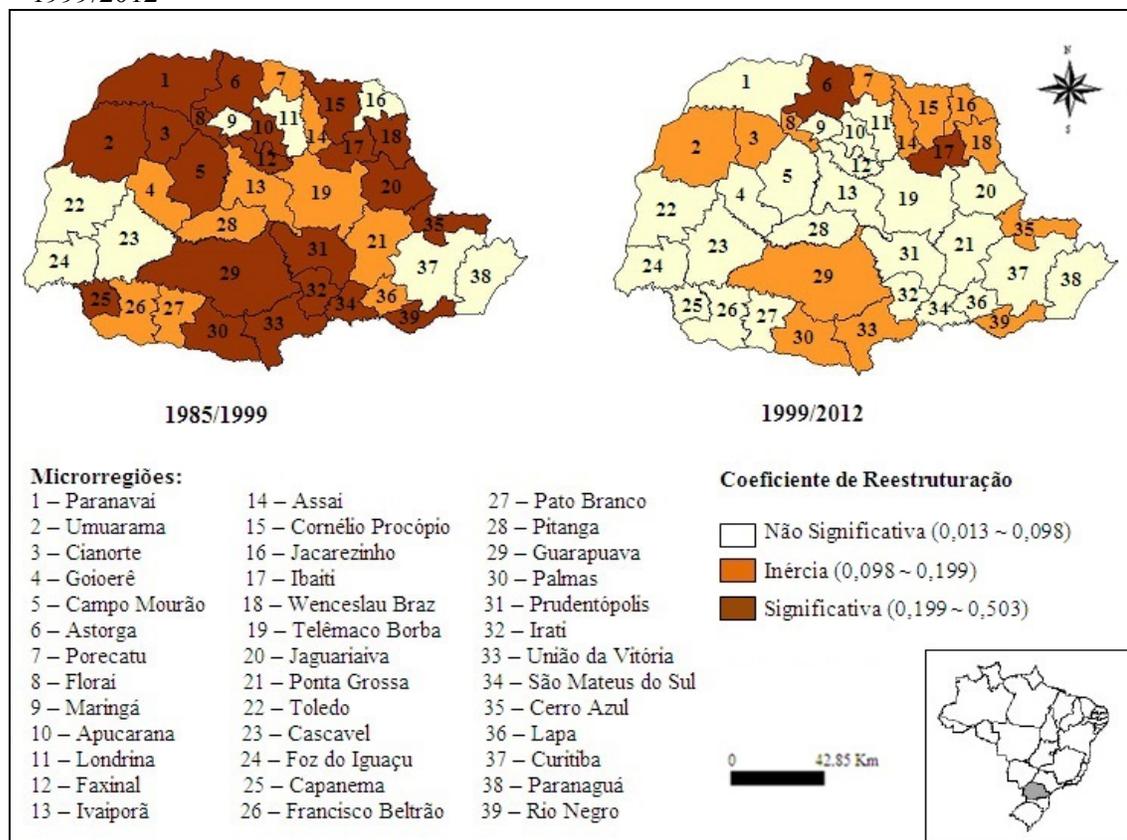
No capítulo seguinte, analisaram-se as alterações locacionais na especialização do emprego formal promovidas pelo processo de ruptura estrutural e como esse processo influenciou no crescimento econômico paranaense e como esse crescimento dinamizou as microrregiões geográficas do Paraná.

6 A REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES PARANAENSES

Após analisar o processo de ruptura estrutural paranaense nas últimas quatro décadas e como esse processo se relacionou com o dinamismo econômico, este capítulo analisou o reposicionamento das atividades produtivas, analisando o seu reordenamento e como esse processo afetou as microrregiões paranaenses.

Na Figura 13, as microrregiões que mais se reestruturaram no período de 1985 a 1999 estavam localizadas nas mesorregiões Norte e Noroeste (microrregiões de Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Campo Mourão, Astorga, Florai, Apucarana, Faxinal, Cornélio Procópio, Ibaiti, Wenceslau Braz, Jaguariaíva e Cerro Azul), Sudoeste (microrregião de Capanema) e Centro Sul (microrregiões de Guarapuava, Palmas, Prudentópolis, Irati, União da Vitória, São Mateus do Sul e Rio Negro). Essas microrregiões sofreram alguma alteração na sua estrutura produtiva e dessa forma especializaram-se nesse período.

Figura 13 – Coeficiente de Reestruturação por microrregião do Estado do Paraná, 1985/1999 – 1999/2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

O Quadro 2 apresenta o ranking das microrregiões paranaense que mais se reestruturaram (coeficiente de reestruturação) e detalhes sobre as principais mudanças na estrutura produtiva das microrregiões no período de 1985 a 1999.

Quadro 2 – Perfil da Reestruturação e das Especializações das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram - 1985/1999

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1985	Grau de Urbanização 1980 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	CR 1985/1999
Cerro Azul	Indústria Dinâmica	10,54	Setor Primário e Setor Terciário	21,22	0,504
União da Vitória	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	52,72	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	64,24	0,430
Palmas	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	45,02	Setor Primário; Indústria Tradicional e Não Tradicional	64,75	0,428
Rio Negro	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	35,4	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	44,16	0,404
Capanema	Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	28,05	Indústria Tradicional	49,89	0,331
Jaguariaíva	Indústria Não Tradicional e Indústria Tradicional	42,68	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	75,55	0,313
Prudentópolis	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	22,66	Indústria Tradicional	40,88	0,307
Paranavaí	Setor Primário; Indústria Tradicional e Setor Terciário	58,2	Setor Primário e Indústria Tradicional	80,55	0,297
Astorga	Setor Primário; Indústria Tradicional e Setor Terciário	52,63	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	82,11	0,291
Cianorte	Setor Primário e Indústria Tradicional	43,64	Setor Primário e Indústria Tradicional	78,54	0,289
Faxinal	Setor Primário e Setor Terciário	33,74	Setor Primário e Indústria Tradicional	69,81	0,265
Umuarama	Indústria Tradicional e Setor Terciário	42,74	Setor Primário e Indústria Tradicional	73,36	0,259
Cornélio Procopio	Setor Primário e Indústria Tradicional	56,19	Setor Primário e Indústria Tradicional	79,95	0,253
Guarapuava	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	46,83	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	65,37	0,237
São Mateus do Sul	Indústria Não Tradicional e Indústria Dinâmica	30,68	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	44,77	0,231
Campo Mourão	Setor Primário e Setor Terciário	42,26	Setor Primário e Indústria Tradicional	75,43	0,229
Irati	Indústria Não Tradicional e Indústria Dinâmica	43,82	Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	62,28	0,228
Apucarana	Setor Primário; Indústria Não Tradicional e Indústria Tradicional	74,1	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	89,88	0,228

Floraí	Setor Primário e Setor Terciário	47,42	Setor Primário	83,01	0,219
Ibaiti	Setor Primário e Indústria Dinâmica	31,68	Setor Primário	65,11	0,218
Wenceslau Braz	Setor Primário e Setor Terciário	38,07	Setor Primário	67,21	0,212

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

Conforme mostra o Quadro 2, o aumento no grau de urbanização foi uma característica comum em relação às microrregiões que mais se reestruturaram. O aumento do grau de urbanização, no Estado do Paraná, como já explicado anteriormente, foi estimulado pelo reposicionamento da população acarretado pelos efeitos dos processos de modernização e tecnificação da agricultura ocorrida no fim do século XX. Esse reposicionamento de população promoveu o deslocamento de um grande contingente populacional das áreas rurais em favor das áreas urbanas. Porém, sem o fortalecimento das atividades urbanas e a geração de postos de trabalho, a população urbana tenderia a se realocar. Nesse sentido, a ruptura estrutural e com ela as reestruturações produtivas devem ser capazes de ampliar a oferta de postos de trabalho e de fortalecer os diversos ramos de atividade urbana, sejam eles terciários ou secundários.

Pode-se destacar a microrregião de Faxinal que passou de um grau de urbanização de 33,74% no ano de 1980 para 69,81% no ano de 2000. Isso se refletiu nos setores que mais concentravam mão de obra. Em 1985, a microrregião de Faxinal apresentava uma distribuição percentual do emprego igual a 7,17% para o setor primário, 85,69% para o setor terciário e 7,14% para o setor secundário. Já no ano de 1999 a distribuição era a seguinte: 20,76% para o setor primário, 61,37% para o setor terciário e 17,87% para o setor secundário (Quadro 2 e dados da pesquisa).

Outro fator a se observar são as atividades que moveram o processo de reestruturação, ou seja, aquelas atividades que eram significativas em 1985 e que permaneceram significativas no ano de 1999, quais sejam: a indústria não tradicional para a microrregião de União da Vitória, setor primário e indústria não tradicional para as microrregiões de Palmas, Rio Negro e Guarapuava, a indústria não tradicional e a indústria tradicional para as microrregiões de Jaguariaíva e Apucarana, o setor primário e indústria tradicional para as microrregiões de Paranaíba, Astorga, Cianorte e Cornélio Procópio, o setor primário para as microrregiões de Campo Mourão, Floraí, Ibaiti e Wenceslau Braz, a indústria dinâmica para a microrregião de São Mateus do Sul e a indústria tradicional e indústria dinâmica para a microrregião de Irati (Quadro 2).

Por outro lado, as microrregiões que menos se reestruturaram no período de 1985 a 1999 estavam localizadas nas mesorregiões Oeste (microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu), Norte Central (microrregiões de Maringá, Londrina e Jacarezinho) e Sudeste (Curitiba e Paranaguá) do Estado (Figura 13). Essas microrregiões apresentaram maior grau de urbanização, já no período de 1980, em relação às microrregiões que mais se reestruturaram em 1985/1999. Além disso, das oito microrregiões (Cascavel, Toledo, Paranaguá, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Curitiba e Jacarezinho) seis delas (Cascavel, Paranaguá, Londrina, Foz do Iguaçu e Curitiba) se mostraram especializadas no setor terciário, inferindo que são espaços mais urbanizados e que concentram sua mão de obra em atividade com um perfil urbano-industrial (Anexo D). Ou seja, a oferta de postos de trabalho ainda é o grande atrativo para a atração de população.

No período de 1999 a 2012, as microrregiões que mais se reestruturaram eram as localizadas na mesorregião Norte Central do Estado (microrregiões de Astorga e Ibaiti), entretanto, em menor número. Isso porque as microrregiões de Campo Mourão, Faxinal, Jaguariaíva se diversificaram nesse período, assim como a microrregião de Capanema localizada na mesorregião Sudoeste do Estado. Ou seja, o movimento diversificação se reposicionou em direção à porção Sul do Estado.

No período de 1999 a 2012 também houve aumento no número de microrregiões que não apresentaram alterações na sua estrutura produtiva: Paranavaí, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Goioerê, Campo Mourão, Pitanga, Ivaiporã, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal, Telêmaco Borba, Prudentópolis, Irati, Jaguariaíva, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Lapa, Curitiba e Paranaguá, perfazendo 24 ao todo contra oito microrregiões no período de 1985/1999. Isso demonstra que a maioria das microrregiões passou por seus reajustamentos estruturais em períodos anteriores ao de 1999/2012 (Figura 13).

Comparando-se as microrregiões que se mostraram menos significantes ou que menos se reestruturaram em 1985/1999 e 1999/2012, observa-se que as oito microrregiões do primeiro período aparecem no segundo com exceção de Jacarezinho, que passou a fazer parte do intervalo de microrregiões inertes ao processo de reestruturação. Destaca-se que essas microrregiões (Cascavel, Toledo, Paranaguá, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Curitiba) continuaram a se urbanizar e com isso concentraram sua mão de obra principalmente nos setores secundário e terciário da economia.

No que se refere às microrregiões que mais se reestruturaram no período de 1999/2012 (Quadro 3), a microrregião de Ibaiti passou por um processo de transição, já que se especializou na indústria tradicional. Já a microrregião de Astorga, por permanecer especializada nas mesmas atividades nos dois períodos, tanto em 1999 quanto em 2012, passou por um processo de consolidação na sua base produtiva.

Quadro 3 – Perfil Especializações das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram - 1999/2012

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 2012	Grau de Urbanização 2010 (%)	CR 1999/2012
Ibaiti	Setor Primário	65,11	Setor Primário e Indústria Tradicional	71,78	0,216
Astorga	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	82,11	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	88	0,215
Cornélio Procópio	Setor Primário e Indústria Tradicional	79,95	Setor Primário e Indústria Tradicional	84,2	0,200

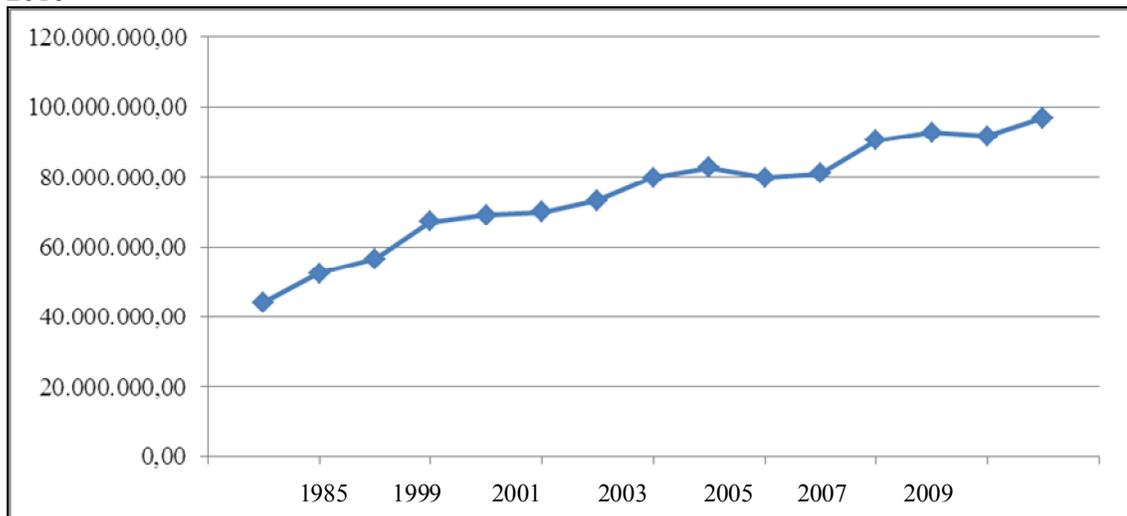
Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

Em relação às atividades que moveram a reestruturação, destacam-se: o setor primário para a microrregião de Ibaiti; o setor primário, a indústria tradicional e indústria não tradicional para a microrregião de Astorga. Quando se analisa o conjunto das atividades que apresentaram maior significância dentre as microrregiões que mais se reestruturaram nos dois períodos analisados (1985/1999 e 1999/2012), percebeu-se que o setor primário ainda é bastante expressivo caracterizando um *continuum* urbano-rural, com uma tendência a um *continuum* urbano-industrial, já que o processo de urbanização colabora para que esse processo se fortaleça. Dessa forma, a reestruturação produtiva se refletiu na própria dinâmica da divisão social do trabalho e populacional das microrregiões paranaenses.

6.1 A REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO FORMAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL PARANAENSE

O Produto Interno Bruto (PIB) paranaense cresceu em quase todo o período de 1980 a 2010. Esse processo de expansão do PIB paranaense, no final dos anos 1990, se deu a uma taxa média de crescimento de 4,9% ao ano no Paraná e 2,3% no Brasil (ROLIM, 1995). Na primeira metade do decênio de 2000, a taxa de crescimento do PIB ficou na média de 6% ao ano para o Paraná e 5% ao ano para o Brasil (Figura 14).

Figura 14 – Comportamento do Produto Interno Bruto (PIB*) paranaense nos anos de 1980 a 2010



Fonte: IPEADATA (2014).

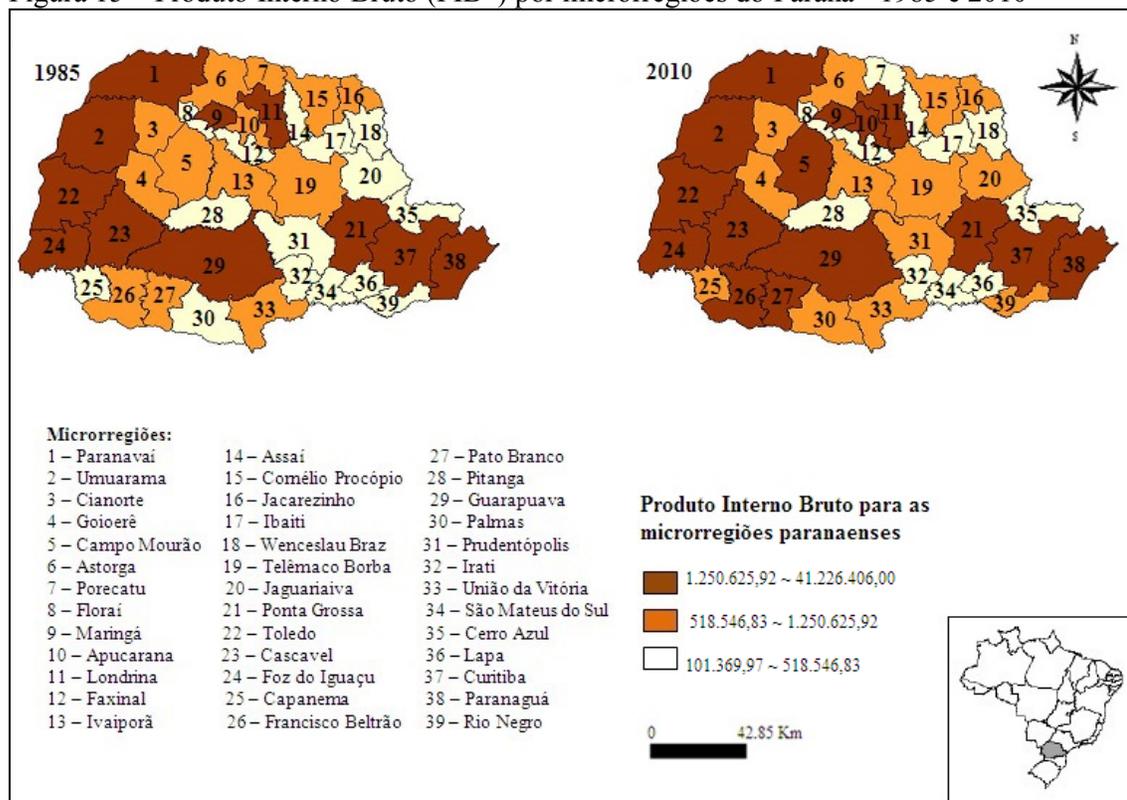
* Valores em mil reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB para o ano de 2000.

Observando-se a distribuição regional do PIB entre as microrregiões do Estado do Paraná (Figura 15) perceberam-se as áreas que mais cresceram no período de 1985 a 2010. Em 1985, havia dois corredores regionais de crescimento econômico cujo PIB regional era superior a R\$ 1,25 bilhão: o primeiro englobava as microrregiões de Paranavaí, Umuarama, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava. O segundo abrangia as microrregiões de Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa. Porém, em 2010, além dos corredores citados, as microrregiões de Londrina, Apucarana e Maringá formaram um *continuum* em termos de montante de PIB.

O resultado da existência e concentração ao longo dos corredores foi o montante e ritmo de crescimento econômico diferenciado entre as microrregiões do Estado do Paraná. Conforme Ferrera de Lima et al. (2014) no período de 2002/2011, o indicador do ritmo de crescimento econômico, que indica o crescimento das microrregiões em relação à média estadual, apontou 18 microrregiões com PIB *per capita* acima da média do Estado, são elas: Astorga, Capanema, Cerro Azul, Cianorte, Curitiba, Faxinal, Francisco Beltrão, Irati, Ivaiporã, Lapa, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e Wenceslau Braz.

No entanto, três microrregiões apresentaram ritmo de crescimento depressivo, Jaguariaíva, Floraí e Palmas, apresentando redução no PIB *per capita* para esse período.

Figura 15 – Produto Interno Bruto (PIB*) por microrregiões do Paraná - 1985 e 2010



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados IPEADATA (2014).

* Valores em mil reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB para o ano de 2000.

Em relação ao nível de crescimento econômico das microrregiões paranaenses, verificou-se um número pequeno de microrregiões com PIB *per capita* superior ao Estado do Paraná no ano de 2011, foram elas as microrregiões de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Pato Branco. Dentre essas microrregiões apenas Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá apresentaram o PIB *per capita* superior ao Estado em 2002 e 2011 (FERRERA DE LIMA et al., 2014).

Destaca-se o potencial de crescimento econômico da microrregião de Curitiba que em 1985 já possuía o maior PIB do Estado R\$ 17,7 bilhões representando 33,86% do PIB total, valor bastante distante da microrregião de Londrina, segunda colocada com PIB de R\$ 3,5 Bilhões, representando 6,72% do PIB total do Estado do Paraná. Além disso, a Taxa Geométrica de Crescimento (TGC) do PIB da microrregião de Curitiba em 1985/1999 foi superior à do Estado do Paraná (2,76% e 1,79% respectivamente - ver Anexo F).

O comportamento das microrregiões que cresceram economicamente de forma agrupada vem ao encontro com as ideias de Myrdal (1965), Hirschman (1961, 1985) e Ferrera de Lima (2004). Segundo os autores, quando determinada região está em processo de

desenvolvimento econômico, as regiões vizinhas também podem receber os efeitos de propagação, iniciando um processo cumulativo, com difusão do desenvolvimento para as áreas próximas em um efeito de continuidade. Ou seja, os pólos de desenvolvimento possuem a capacidade de espriar o seu crescimento econômico e assim as regiões menos dinâmicas são beneficiadas com efeitos positivos que estimulam o desenvolvimento econômico. Diferente de pólos de crescimento, que se tornam “ilhas” com um entorno de baixo dinamismo econômico.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo a análise do processo de ruptura estrutural da economia regional paranaense no período de 1985 a 2012. A análise partiu do conceito de ruptura estrutural que pressupõe mudanças significativas na divisão social do trabalho, demonstrando que a economia regional está sendo capaz de migrar de uma estrutura exclusivamente primária exportadora para uma estrutura mais urbana, preferencialmente urbana-industrial. Além disso, buscou-se nas teorias de desenvolvimento regional um arcabouço conceitual que permitiu entender como as economias se desenvolvem e passam por transformações nas suas estruturas setoriais.

Para a realização dessa pesquisa utilizou-se como instrumental metodológico a consulta bibliográfica e a estimativa dos indicadores de análise regional, permeados por dados e informações complementares sobre a evolução da economia regional paranaense e sua configuração setorial.

Para atingir o primeiro objetivo específico proposto analisou-se o comportamento da divisão social do trabalho na distribuição setorial dos ramos econômicos nas microrregiões geográficas paranaenses. Cumprindo esse objetivo foi possível inferir que no período analisado, as microrregiões paranaenses apresentaram presença significativa de emprego formal no setor primário da economia, em 2012, 85,05% das microrregiões se mostraram especializadas nesse ramo de atividade econômica. Com isso, comprova-se que este setor continua representativo na ocupação da força de trabalho no Estado e que algumas microrregiões ainda têm parte de sua população localizada ou empregada nas áreas rurais. Esse comportamento é derivado das atividades desenvolvidas no início da ocupação do Estado, e que continuam se refletindo na configuração setorial das atividades atuais e na dinâmica econômica.

Mesmo com a importância significativa do setor primário, o Estado do Paraná passou por transformações importantes na sua estrutura espacial e produtiva. Isso foi demonstrado pelo comportamento populacional, que fortaleceu o processo de urbanização e que vem se intensificando. No entanto, esse processo não ocorreu na mesma proporção em todas as microrregiões paranaenses, interferindo no processo de ruptura estrutural que não atingiu todas as microrregiões no mesmo período e na mesma magnitude. Isso reforça os postulados da polarização, quais sejam: o desenvolvimento é localizado, não se dá no mesmo espaço ao mesmo tempo e possui temporalidades, impactos e magnitudes diferenciadas entre as regiões.

No processo paranaense de ruptura estrutural constatou-se que algumas microrregiões paranaenses já apresentavam forte especialização do emprego formal no setor secundário antes de 1985, demonstrando que o processo de ruptura ocorreu em período anterior. Dentre elas, destaca-se a microrregião de Ponta Grossa, com multi especialização da sua mão de obra nas atividades da indústria dinâmica, tradicional e não tradicional.

É importante destacar que no ano de 1992 ocorreu o espraiamento do setor secundário em direção às áreas do Oeste e Norte do Estado. Em 2012, o destaque foi para a microrregião de Cianorte, que passou pelo processo de ruptura em 1992. Essa microrregião apresentou o maior valor do QL para o ano de 2012 ($QL = 2,31$), com 25.051 empregos formais, sendo que em 1985 apresentava somente 2.108. Cianorte se mostrou especializada na indústria tradicional para todo o período analisado.

Apesar do conceito de ruptura estrutural utilizado nessa pesquisa se referir principalmente ao setor secundário como propulsor do processo, para o Estado do Paraná o setor terciário também contribuiu para que a ruptura na divisão social do trabalho acontecesse e dinamizasse as economias regionais, pois se entende que muitas atividades terciárias surgem como auxiliares das atividades secundárias.

Nesse ponto se destaca a microrregião de Curitiba, que demonstrou maior especialização no setor terciário, no período analisado. Em 1985, apresentou uma participação percentual do emprego setorial entre as regiões de 46,51%, muito acima das demais microrregiões. As microrregiões que não demonstraram forte concentração de emprego formal no setor terciário apresentaram concentração média ($0,50 \leq QL \leq 1,00$), demonstrando a importância do setor terciário na ocupação da mão de obra em todo o território paranaense.

No tocante ao segundo objetivo específico dessa pesquisa, foi possível inferir que no período de 1985/1999 a reestruturação produtiva paranaense foi mais intensa, com um número maior de microrregiões passando por transformações na sua estrutura produtiva. Ao contrário do segundo período 1999/2012, no qual se constatou a saturação do processo por parte da maioria das microrregiões. Ou seja, as maiores mudanças ocorreram até 1999, depois disso a reestruturação produtiva diminuiu de intensidade no Estado do Paraná.

Analisando as tendências do crescimento econômico e do comportamento locacional da divisão social do trabalho no Estado do Paraná constatou-se que o PIB estadual cresceu em quase todo o período analisado. Esse crescimento econômico se deu de forma concentrada e desigual entre as microrregiões paranaenses. Dessa forma, a ruptura estrutural ocorreu de

forma desigual assim como o crescimento econômico e a distribuição da população entre as microrregiões.

Portanto, essa pesquisa forneceu elementos importantes para explicar a configuração e dinâmica da divisão social do trabalho na economia regional paranaense. Verificou que o deslocamento da mão de obra da área rural para as áreas urbanas está diretamente relacionado à reestruturação setorial e a intensificação da dinâmica produtiva a qual o Estado paranaense passou no período analisado.

Esses resultados não esgotam o debate sobre a temática da ruptura estrutural e sua influência no desenvolvimento econômico. Para futuros estudos sugere-se o avanço no aspecto institucional, da análise das ligações pra frente e pra trás entre os ramos produtivos nas regiões e sua influência na economia paranaense. Cabe salientar que o papel institucional desempenhado pelo Estado, organismos municipais e a sociedade civil organizada demandam estudos específicos para mensurar e determinar sua influência no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In.: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.) **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba, PR: Camões, 2012.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O *continuum*, a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. Vol. 1, n. 2. 2006.

ALVES, L. R.; SOUZA, C. C. G.; PIFFER, M. **Reestruturação produtiva das mesorregiões do Brasil: 1985 a 2010**. In: 19º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR Congress), 2013, Braga, Portugal. Disponível em: <apdr.pt/data/documents/Proceedings_19_congress.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286. 2001.

BULHÕES, R. Análise da estrutura produtiva da economia paranaense sob um enfoque regional. **Revista Economia e Tecnologia**. Ano 04, vol. 15, p. 77 – 84. 2008.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção teórica em economia regional: Uma Proposta de Sistematização**. Salvador, Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em 17 jan. 2014.

COLLA, C.; FERRERA DE LIMA, J.; PIEFFER, M.; SCHNEIDER, R. A. **A base econômica e o multiplicador de emprego nos municípios pólos do oeste do Paraná**. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - IX ENABER, Natal, 2011. Disponível em: <<http://200.251.138.109:8001/artigosaprovados/4.34.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

COSTA, J. S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. APDR. Coimbra: Gráfica de Coimbra Lda., Lisboa, APDR, 2002.

FERRERA DE LIMA, J. La diffusion spatiale du développement économique régional: l'analyse des composantes et de la forme de la diffusion spatiale au sud du Brésil au Xxe siècle. **Thèse** (doctorat em développement regional), DHS/Université du Québec à Chicoutimi, Saguenay, 2004.

_____. A face obscura do desenvolvimento regional. In: SIEDENBERG, D. R.; LOCK, F. N.; LONDERO, J. C. **Desenvolvimento Regional: Discussões e Reflexões**. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**. Ano 24, n. 46. 2006.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C.; GENTILI, D. C.; HECK, A. L. Mudanças estruturais da ocupação de mão de obra na economia regional do Sudoeste paranaense no início do século XXI. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 2. 2009.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. **Ruptura estrutural na economia regional paranaense**. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 2011, Natal, RN, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. População, indústria e ruptura estrutural no Paraná. In: HERSEN, A.; FERRERA DE LIMA, J.; STADUTO, J. A. R. **Industrialização Paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F.; PIFFER, M.; RIPPEL, R.; OLIVEIRA, T. C. de. Notas sobre o ritmo de crescimento econômico das regiões paranaenses. **Revista Economia & Tecnologia**, Volume 10 (02), 2014.

FRANCO, A. **Além da renda**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Texto apresentado na III Conferência Internacional da RedCelsoFurtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. Org. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1961.

_____. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, F.; CARDOSO, F. H.; FONT, M (Org.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 31-79.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná - 1985-2000**. Curitiba: IPARDES. 2002. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/crescimento_industrial.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

_____. **Dinâmica recente da indústria paranaense: estrutura e mercado**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/dinamica_recente_industria_parana.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Leituras regionais:** Mesorregiões Geográficas Paranaenses: sumário executivo. Curitiba: IPARDES, 2004a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004>. Acesso em: 03 ago. 2013.

_____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Centro-Oriental Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004c. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004d. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Paraná em números.** 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Base de dados do estado – BDE web.** 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Base de dados demográficos, econômicos e geográficos para as regiões, estados e municípios brasileiros.** 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, ano XII, nº 21, Salvador/BA, 2010.

LODDER, C. A. Padrões locacionais e desenvolvimento regional. 1971. 187 p. **Dissertação** (Mestrado em Economia) Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

MACEDO, M. M.; VIEIRA, V. F.; MEINERS, W. E. M. de A. Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 103, Curitiba/PR, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Dados e estatísticas da Relação Anual de Informações e Sociais (RAIS). **RAIS Vínculos**, 2014. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER. Belo Horizonte, 1977.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.) **Análise regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba, PR: Camões, 2012.

PIFFER, M. A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia regional. **Dissertação** (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1997.

_____. A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

PIFFER, M.; STAMM, C.; PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. (Orgs.) **Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S.; SILVA, A. M. R. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Santa Maria, RS: n. 19, p. 92-108, 2007.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobussines: as dificuldades para a formação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, 1995.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, M. A.; PAULA, N. M. **Desenvolvimento local: a experiência paranaense com os arranjos produtivos locais**. In: Boletim da Conjuntura, Texto para Discussão nº 19. UFPR, 2006. Disponível em:

<http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2006_texto_19.pdf>. Acesso em: 06 out. 2012.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. Edições CEBRAP, São Paulo, 1970.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em: < <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

STADUTO, J. A. R.; TREVISOL, L. S.; JONER, P. R. Sistema público de emprego do Paraná: uma análise regionalizada da intermediação da mão de obra. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 106, 2004.

TRINTIN, J. G. **História e desenvolvimento da economia paranaense**: da década de trinta a meados dos anos noventa do século XX. p. 02-17. Fundação de Economia e Estatística: Indicadores Econômicos FEE. v. 21, p. 02-17 Porto Alegre: 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, J. R.; CASTRO, D. **Paraná**: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. Texto para Discussão nº 624, Brasília: IPEA. 1999. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_624.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ANEXOS

ANEXOS A – Emprego formal, distribuição percentual do emprego setorial e quociente locacional do setor primário para microrregiões selecionadas - 1985 e 2012

Microrregiões	Emprego formal absoluto		Distribuição percentual do emprego setorial		Quociente Locacional	
	1985	2012	1985	2012	1985	2012
Paranavaí	487	7.060	1,86%	6,88%	1,10	3,46
Cianorte	1.398	2.488	5,35%	2,42%	5,96	1,59
Campo Mourão	1.346	4.833	5,15%	4,71%	2,83	3,09
Maringá	3.407	1.506	13,03%	1,47%	2,47	0,24
Londrina	717	5.256	2,74%	5,12%	0,36	0,70
Cornélio Procópio	1.070	4.446	4,09%	4,33%	2,61	3,66
Jacarezinho	4.384	3.545	16,77%	3,45%	12,08	3,66
Ponta Grossa	1.121	7.348	4,29%	7,16%	1,11	1,91
Toledo	1.692	4.902	6,47%	4,78%	2,20	1,56
Cascavel	822	5.227	3,14%	5,09%	1,02	1,25
Curitiba	1.469	5.153	5,62%	5,02%	0,12	0,12

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

ANEXO B – Emprego formal, distribuição percentual do emprego setorial e quociente locacional do setor secundário para microrregiões selecionadas - 1985 e 2012

Microrregiões	Emprego formal absoluto		Distribuição percentual do emprego setorial		Quociente Locacional	
	1985	2012	1985	2012	1985	2012
Cianorte	2.108	25.051	0,82%	3,52%	0,91	2,31
Maringá	11.716	44.159	4,56%	6,20%	0,86	1,03
Apucarana	9.116	38.371	3,55%	5,39%	1,42	1,89
Londrina	18.598	51.619	7,24%	7,25%	0,94	0,99
Ponta Grossa	14.679	25.408	5,72%	3,57%	1,48	0,95
Toledo	6.442	25.787	2,51%	3,62%	0,85	1,18
Cascavel	5.539	27.759	2,16%	3,90%	0,70	0,95
Curitiba	115.107	246.794	44,84%	34,66%	0,99	0,81

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

ANEXO C – Emprego formal, distribuição percentual do emprego setorial e quociente locacional do setor terciário para microrregiões selecionadas - 1985 e 2012

Microrregiões	Emprego formal absoluto		Distribuição percentual do emprego setorial		Quociente Locacional	
	1985	2012	1985	2012	1985	2012
Maringá	42.883	137.102	5,26%	6,18%	1,00	1,03
Apucarana	17.613	45.762	2,16%	2,06%	0,86	0,72
Londrina	65.413	164.278	8,03%	7,40%	1,04	1,02
Ponta Grossa	26.549	81.174	3,26%	3,66%	0,84	0,97
Toledo	24.134	62.299	2,96%	2,81%	1,01	0,92
Cascavel	27.586	90.949	3,39%	4,10%	1,09	1,00
Foz do Iguaçu	29.906	76.691	3,67%	3,46%	1,20	1,08
Guarapuava	14.510	46.399	1,78%	2,09%	0,79	0,99
Curitiba	378.943	1.040.388	46,51%	46,89%	1,03	1,10
Paranaguá	15.097	51.591	1,85%	2,32%	1,13	1,22

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

ANEXO D – Perfil das especializações das microrregiões paranaenses que menos se reestruturaram - 1985/1999

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1985	Grau de Urbanização 1980 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	CR 1985/1999
Cascavel	Setor Primário; Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	51,76	Setor Terciário	80,09	0,094
Toledo	Setor Primário e Indústria Tradicional	44,98	Setor Primário e Indústria Tradicional	74,29	0,090
Paranaguá	Setor Terciário	76,41	Setor Terciário	88,71	0,073
Londrina	Indústria Tradicional e Setor Terciário	84,5	Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Setor Terciário	94,76	0,062
Maringá	Setor Primário e Indústria Tradicional	87,2	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	96,13	0,062
Foz do Iguaçu	Setor Terciário	55,8	Setor Terciário	89,38	0,058
Curitiba	Indústria Dinâmica e Setor Terciário	91,99	Indústria Dinâmica e Setor Terciário	93,43	0,058
Jacarezinho	Setor Primário e Indústria Tradicional	55,76	Setor Primário e Indústria Tradicional	81,03	0,042

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

ANEXO E – Perfil das especializações das microrregiões paranaenses que menos se reestruturaram - 1999/2012

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 2012	Grau de Urbanização 2010 (%)	CR 1999/2012
Irati	Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	62,28	Setor Primário; Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	66,72	0,098
Jaguariaíva	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	75,55	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	80,79	0,097
Paranavaí	Setor Primário e Indústria Tradicional	80,55	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	85,58	0,097
São Mateus do Sul	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	44,77	Setor Primário e Indústria Dinâmica	48,85	0,094
Francisco Beltrão	Indústria Tradicional	57,85	Setor Primário e Indústria Tradicional	67,93	0,093
Ponta Grossa	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	88,19	Setor Primário e Indústria Tradicional	90,07	0,080
Foz do Iguaçu	Setor Terciário	89,38	Indústria Tradicional e Setor Terciário	90,03	0,079
Campo Mourão	Setor Primário e Indústria Tradicional	75,43	Setor Primário e Indústria Tradicional	81,92	0,072
Cascavel	Setor Terciário	80,09	Setor Primário e Indústria Tradicional	85,43	0,072
Prudentópolis	Indústria Tradicional	40,88	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	45,97	0,069
Faxinal	Setor Primário e Indústria Tradicional	69,81	Setor Primário e Indústria Tradicional	72,79	0,068
Telêmaco Borba	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	66,58	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	72,62	0,062
Goioerê	Setor Primário	67,75	Setor Primário; Setor Terciário	77,17	0,056
Maringá	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	96,13	Indústria Tradicional Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	97,13	0,053
Ivaiporã	Setor Primário	53,12	Setor Primário	60,01	0,052
Pato Branco	Setor Primário e Indústria Dinâmica	69,2	Setor Primário; Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	77,59	0,047
Toledo	Setor Primário e Indústria Tradicional	74,29	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	81,04	0,045
Apucarana	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	89,88	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	92,62	0,043

Lapa	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	58,16	Setor Primário e Indústria Tradicional	61,02	0,043
Paranaguá	Setor Terciário	88,71	Setor Terciário	90,48	0,043
Capanema	Indústria Tradicional	49,89	Indústria Tradicional	60,37	0,037
Pitanga	Setor Primário; Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	37,62	Setor Primário; Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	47,18	0,036
Londrina	Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Setor Terciário	94,76	Indústria Dinâmica; Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	95,92	0,027
Curitiba	Indústria Dinâmica e Setor Terciário	93,43	Indústria Dinâmica e Setor Terciário	94	0,014

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

ANEXO F – Produto Interno Bruto (PIB*) das microrregiões do Paraná e Taxa Geométrica de Crescimento (TGC) – 1985 a 2010

Microrregião	PIB em 1985	TGC (%) 1985/1999	PIB 1999	TGC (%) 1999/2006	PIB 2006	TGC (%) 2006/2012	PIB 2010
Paranavaí	1.297.009,53	-1,76	1.010.817,75	3,36	1.274.172,51	4,62	1.526.305,30
Umuarama	1.512.528,03	-2,32	1.088.193,13	2,42	1.286.829,82	6,29	1.642.520,77
Cianorte	665.933,60	-0,50	621.129,96	4,55	848.013,74	6,28	1.081.766,02
Goioerê	826.451,50	-1,33	685.448,26	-0,35	668.614,60	3,11	755.819,77
Campo Mourão	1.171.011,30	0,75	1.299.984,44	1,13	1.406.405,39	2,37	1.544.601,88
Astorga	793.108,89	-0,19	772.375,83	3,57	987.313,95	5,94	1.243.533,21
Porecatu	522.080,58	-1,00	453.692,33	-0,39	441.423,00	3,29	502.482,75
Floraí	275.664,85	-0,70	249.739,55	-2,70	206.131,11	3,91	240.306,35
Maringá	1.983.065,74	3,33	3.134.908,29	3,02	3.861.163,41	4,11	4.536.783,53
Apucarana	1.157.416,09	1,72	1.468.813,88	2,98	1.804.438,83	3,58	2.077.228,41
Londrina	3.529.488,37	2,10	4.719.229,35	1,54	5.250.356,24	3,96	6.132.679,70
Faxinal	225.142,71	-1,25	188.822,13	1,40	208.139,56	4,00	243.533,20
Ivaiporã	593.569,76	-1,30	493.906,41	3,43	625.421,37	1,55	665.114,44
Assaí	416.365,41	-2,55	290.126,45	1,07	312.551,58	2,62	346.588,63
Cornélio Procópio	1.250.625,92	-2,23	911.853,21	-0,28	894.016,08	4,25	1.056.123,84
Jacarezinho	714.508,61	-2,08	532.717,56	2,99	654.684,75	3,32	746.162,94
Ibaiti	309.020,29	-1,48	250.759,92	2,48	297.699,35	1,47	315.570,29
Wenceslau Braz	373.723,07	-1,73	292.808,59	3,91	383.084,91	7,51	511.835,76
Telêmaco Borba	1.062.627,36	-2,47	749.108,71	6,20	1.141.193,70	0,30	1.154.837,65
Jaguariaíva	479.860,92	2,13	644.286,11	4,68	887.616,84	-3,87	757.939,48
Ponta Grossa	2.320.416,03	0,91	2.635.648,19	4,29	3.537.466,75	1,26	3.719.866,36
Toledo	2.551.715,13	-0,50	2.378.965,16	2,13	2.757.233,81	4,65	3.306.537,87
Cascavel	1.524.960,82	3,10	2.339.559,08	3,03	2.882.500,04	4,71	3.464.948,82
Foz do Iguaçu	1.585.065,08	5,81	3.494.813,52	2,63	4.191.086,79	-0,32	4.137.996,89
Capanema	412.505,31	-0,53	382.891,98	2,06	441.640,73	6,38	565.531,87
Francisco	979.389,66	0,43	1.039.840,94	2,67	1.250.420,50	5,93	1.574.312,10

Beltrão							
Pato Branco	593.604,29	1,95	778.414,11	3,31	977.821,57	10,34	1.449.477,06
Pitanga	238.820,06	0,22	246.168,45	2,61	294.873,00	2,99	331.816,13
Guarapuava	1.352.303,68	2,57	1.929.594,83	1,19	2.096.304,56	3,32	2.389.103,60
Palmas	345.483,15	4,76	662.043,09	-0,82	624.947,00	0,24	631.080,32
Prudentópolis	393.752,24	0,12	400.171,82	2,80	485.529,66	2,78	541.876,47
Irati	264.387,78	1,95	346.305,68	3,84	450.780,95	3,56	518.546,83
União da Vitória	518.894,99	-0,42	488.970,05	5,65	718.377,85	-2,37	652.716,38
São Mateus do Sul	180.842,02	2,36	250.607,15	3,98	329.348,08	2,44	362.676,66
Cerro Azul	101.369,97	0,60	110.187,11	2,03	126.804,01	9,25	180.617,42
Lapa	121.547,22	5,91	271.526,23	1,52	301.832,29	5,44	373.039,34
Curitiba	17.773.375,88	2,76	26.035.224,87	3,25	32.574.712,53	6,07	41.226.406,00
Paranaguá	1.811.425,61	4,17	3.207.720,82	-0,69	3.056.215,58	5,70	3.814.202,57
Rio Negro	256.019,42	4,07	447.411,14	3,40	565.356,17	2,82	631.965,44

Fonte: IPEADATA (2014).

* Valores em mil reais, deflacionados pelo deflator implícito do PIB para o ano de 2000.